

APÓS SANÇÃO PRESIDENCIAL, ESTATUTO DA SEGURANÇA PRIVADA ENTRA NA RETA FINAL DA REGULAMENTAÇÃO

Página 22



**En
tre
vis
tas**

**Febraban
ABCFAV
Contrasp**

Página 26

Fenavist encerra o ano
com reuniões e almoço
de confraternização

Página 8

Fenavist e GRTS Digital:
Uma Parceria para a
Transformação Digital no
Setor de Segurança

Página 16

Fenavist discute
Reforma Tributária no Senado

Página 32

Confira!

**Coluna
Sindicatos**
página 50

**Agenda
de Eventos**
página 59

ISC BRASIL

International Security
Conference & Expo

O hub de soluções para o mercado de segurança integrada

Conecte sua marca a conteúdos de alta qualidade, agregue experiência estratégica e realize networking com foco em geração de negócios com os principais gestores e tomadores de decisão da segurança privada, eletrônica e digital.

+100

marcas expositoras

+ 8 mil

visitantes

+ 40 horas

de conteúdo

**GARANTA AGORA SEU LUGAR
NA ISC BRASIL 2025!**



comercial.iscbrasil@rxglobal.com

**02 a 04
setembro
2025**

Distrito Anhembi
São Paulo | SP



ISC BRASIL
2025 ■ CONFERENCE

O maior encontro de conteúdo para os líderes de segurança da América Latina.

[f iscbrasil](#) [in iscbrasil](#) [@ iscbrasiloficial](#) [iscbrasiloficial](#)

iscbrasil.com.br



ISC PELO MUNDO:



EM PARCERIA COM:



ORGANIZAÇÃO E PROMOÇÃO:



ANO HISTÓRICO, MAS O FUTURO SERÁ DE BATALHAS

Chegamos ao final de 2024 com a sensação de que o trabalho desenvolvido pela Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) está no caminho certo. Sem dúvida, a aprovação do Estatuto da Segurança Privada (Lei nº 14.967/2024) foi o grande marco do ano – ou melhor, das últimas décadas. Mas essa não foi a única conquista significativa dos últimos 12 meses.

Após seis anos de perdas, finalmente, vimos o número de postos de trabalho voltar a crescer, ainda que de forma modesta. Esse avanço é fruto do trabalho incansável dos nossos empresários, verdadeiros guerreiros que, mesmo diante de crises econômicas e de uma pandemia mundial, não desistiram.

Outro motivo de celebração foi o 35º aniversário da Fenavist, uma trajetória de sucesso que se confunde com o próprio desenvolvimento da segurança privada no Brasil. São 35 anos de luta, dedicação e conquistas que consolidam a importância do setor para a sociedade.

As boas notícias do presente nos deixam felizes, mas não nos iludem. Um futuro promissor da nossa atividade passa por várias outras conquistas. Terminamos, sim, o ano muito felizes, mas com os olhos voltados para os desafios que ainda estão por vir.

Bem diante dos nossos olhos está a regulamentação do Estatuto da Segurança Privada. Esse é o passo definitivo para que os avanços trazidos pela nova legislação se tornem realidade. Desde setembro, trabalhamos diariamente com a Polícia Federal e outras entidades do setor para que o decreto que vai regulamentar a Lei nº 14.967/2024 não apenas seja publicado, mas potencialize todas as possibilidades e oportunidades que a nova legislação oferece. Acredito que, até o início do próximo ano, tudo estará resolvido.



Outro grande desafio está em curso no Congresso Nacional: a Reforma Tributária. A luta para garantir que as mudanças fiscais não sobrecarreguem o nosso setor tem sido árdua, assim como foi a batalha pela aprovação do Estatuto.

As projeções atuais, infelizmente, são preocupantes. A compensação tributária por meio de créditos não beneficia o setor, o que exige uma atenção redobrada na negociação de ajustes legislativos. Temos concentrado nossos esforços para que as mudanças na legislação fiscal não asfixiem a nossa atividade.

Uma regulamentação condizente com as especificidades do segmento em relação à Lei do Menor Aprendiz é prioridade absoluta para nós. O entrave teria sido resolvido caso o Senado não houvesse retirado do texto o trecho da Lei nº 14.967/2024.

Mantemos contato quase diário com parlamentares e o Ministério do Trabalho. Esse impasse, que tem acarretado multas e questões jurídicas para as nossas empresas, precisa ser solucionado. Não vamos desistir.

Encerramos 2024 satisfeitos, sabedores de que estamos no caminho certo, mas com novos desafios no horizonte. A segurança privada só é grande porque não nos acomodamos em nenhum momento e, assim, seguiremos.

A Fenavist e todo o setor estão prontos para os desafios que nos aguardam em 2025, com o compromisso de continuar defendendo os interesses das empresas e dos profissionais da segurança privada.

Desejo a todos um Feliz Natal e um 2025 repleto de conquistas e realizações. Que o próximo ano seja ainda mais vitorioso para a nossa categoria.

Um grande abraço.

Jeferson Nazário
Presidente da Fenavist



Presidente

Jeferson Furlan Nazário

Vice-Presidente

Flávio Sandrini Baptista

Vice-Presidentes

Alex Bortoletti , Alípio José Castelo Branco Junior, Amílto José do Pilar, Andrea Carla Gomes Ferreira, Angelo Roberto Jacomini, Autair Iuga, Avelino Lombardi, Carlos Anselmo de Sousa, Carlos Gualter Gonçalves de Lucena, Dilmo Wanderley Berger, Edimar Barbosa, Edmilson Pereira, Edson Pinto Neto , Francisco de Assis Bezerra da Fonseca, Jacymar Daffini Dalcami, Jefferson Simões, João Eliezer Palhuca, Joseph Ribamar Madeira, Luis Fernando Azevedo da Silva, Luis Gustavo Silva Barra, Marcelo Baptista de Oliveira, Marcelo Roberto Bianchin , Marcelo Rucker, Marco Antonio Lopes, Odair de Jesus Conceição, Paulo César Braga Icó da Silva, Paulo Roberto da Cruz Azevedo, Rafael Mendes Alcântara, Silvio Renato Pires, Urubatan Estevam Romero, Washington Umberto Cinel.

Vice-Presidentes Adjuntos

Alberto Mario Alves Fonseca, Aldair Neves Pinto Junior, Alexandre Tavares de Melo, Amauri de Oliveira Soares, Ari Favero Dal Bem, Carlin Ferraz dos Santos, Eveline Gurgel Monteiro, Fabiano Barreira da Ponte, Fernando Henrique Ribas, Flávio Eduardo de Patrício Ribeiro Junior, Francisco de Assis Bezerra da Fonseca, Gilberto Perera, João José Andrade de Almeida, José Evaldo Vieira, Lauro Santana, Marcus Vinícius Castro do Nascimento, Marestela Loss, Maurice Braunstein, Mirian Salette Bazote, Orlando Braga de Almeida, Paulo Roberto da Cruz Azevedo, Paulo Gonçalves da Silva, Percival Aracema, Sandro Maurício Smaniotto, Sérgio Augusto França Patrocínio, Tatiana Pereira Chelest Miras Diniz, Teila Rocha da Silva Pelanda, Waldemar Pellegrino Junior.

Vice-Presidentes Regionais

Agostinho Rocha Gomes, Alfredo Vieira Ibiapina, Frederico Crim Camara, Ivan Hermano Filho, José Pacheco Ferreira.

Vice-Presidentes Regionais Adjuntos

Francisco de Assis Bezerra da Fonseca, Paulo Roberto da Cruz Azevedo.

Conselho Fiscal

Cledemar Antonio Mazzochin, Denilson Colodetti Pinheiro, Eginaldo de Oliveira Silva, Halano Soares Cunha, José Jacobson Neto, Leonardo Vieira.

Delegados Representantes

Ivan Hermano Filho, Jacymar Daffini Dalcami, Jeferson Furlan Nazário, Odair de Jesus Conceição.

Conselheiros Sesc/Senac

Jefferson Simões, Lélío Vieira Carneiro, Sidney Tinoco, Urubatan Estevan Romero.

Conselho de Ex-Presidentes

Eunício Lopes de Oliveira, Lélío Vieira Carneiro, Cláudio Neves, Jefferson Simões, Odair Conceição.

Superintendente

Ana Paula Queiroga

Jornalista Responsável

Luís Evangelista – DF 7273
ascom@fenavist.org.br

REDAÇÃO E EDIÇÃO

Ascom/Fenavist

REVISÃO

Fátima Loppi

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Lígia Uchôa

IMPRESSÃO E TIRAGEM

Gráfica Positiva - 2.500 exemplares

Entre em contato para fazer parte das nossas publicações.
ascom@fenavist.org.br
55 61 3327-5440

Fenavist

Ed Prime – SBS Qd 2 – Lote 15 – Bl. E – 16º andar
Salas 1.601/1.602 – CEP: 70070-120
Brasília-DF – Brasil Tel: 55 61 3327-5440
www.fenavist.org.br
fenavist@fenavist.org.br

A REVISTA FENAVIST SEGUE AS NOVAS NORMAS DO ACORDO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA.

6 Oito mil visitantes passaram pela ISC Brasil 2024

8 Fenavist encerra o ano com reuniões e almoço de confraternização

12 Fenavist reinaugura sede em Brasília

14 Teresina-PI será a capital da segurança privada em 2025

16 Fenavist e GRTS Digital: Uma Parceria para a Transformação Digital no Setor de Segurança

18 Artigo: A PEC da ilusão

20 Fenavist conquista 3º lugar no Prêmio Atena em Ação 2024

21 Homenagem: Fenavist lamenta a perda de Amaro Barbosa da Silva

22 Após sanção presidencial, Estatuto da Segurança Privada entra na reta final da regulamentação

26 Entrevistas: Febraban, ABCFAV e Contrasp

30 Artigo: O Brasil avança no combate à clandestinidade: um dos maiores desafios da segurança privada mundial

32 Fenavist discute Reforma Tributária no Senado

34 Artigo: Mudança no comando das duas casas do Congresso Nacional

36 Estudo da CNC mostra tamanho do prejuízo provocado pela dívida pública no PIB

38 Inteligência artificial, contratos públicos e o setor de segurança privada

41 Sindesp-SC 35 anos: Olhar inovador para o futuro da Segurança Privada

42 Artigo: Universidade Corporativa de A a Z

44 Informação Segura

46 Trajetória Segura: Amilto José do Pilar

48 Coluna Fenavist

50 Coluna Sindicatos

54 Segurança Inteligente

56 Coluna Gente

58 Lista Sindicatos

59 agenda

Oito mil visitantes passaram pela ISC Brasil 2024

Estande da Fenavist e do SESVESP foi um dos mais procurados durante os três dias de evento



A 17ª edição brasileira da marca ISC Security Events - International Security Conference & Expo terá como grande novidade a ISC Brasil Conference, com palestrantes do Brasil e do mundo que trarão conteúdos técnicos e gerenciais para agregar conhecimento aos executivos e especialistas do setor de segurança. O evento acontecerá entre 3 e 5 de setembro no Distrito Anhembi, em São Paulo.

Profissionais do setor. O evento apresentou uma vasta gama de soluções e produtos voltados para os setores público e privado, com discussões sobre temas relevantes que prometem gerar impactos positivos em diversas áreas. Dentre os assuntos abordados, destacaram-se a regulamentação, liderança e gestão.

Durante os três dias de atividades, 68 palestrantes e mais de 1.500 gestores debateram o futuro da segurança em 24 painéis, que totalizaram cerca de 40 horas de conteúdo. Especialistas nacionais e internacionais contribuíram para tornar a ISC Brasil Conference o maior evento de conteúdo do mercado de segurança no País. A inteligência artificial foi um tema central, presente em boa parte das discussões.

Jacqueline Gagliano, gerente da ISC Brasil, enfatizou a importância do evento para os tomadores de decisão no setor. "Gestores e especialistas tiveram a oportunidade de se aprofundar em temas que estão na vanguarda da segurança, como a inteligência artificial e seus impactos na gestão. Os expositores também apresentaram tecnologias avançadas que se alinham diretamente com os temas discutidos, reforçando a sinergia entre conteúdo e soluções. Essa combinação posiciona o evento como um dos mais influentes do setor", explicou Gagliano.

Um dos momentos mais aguardados da edição deste ano foi a palestra de Christopher Davis, CSO da Microsoft, que abordou o tema "Liderança em Segurança". Davis destacou que liderança, transparência e confiança são fundamentais. "A segurança trata não apenas de sistemas e tecnologia, mas de capacitação de pessoas para se sentirem seguras em compartilhar preocupações e ideias. Isso faz a diferença. A liderança eficaz começa com o diálogo e envolve entender contextos e construir relações de confiança", afirmou durante sua apresentação.



A área de exposições contou com mais de 100 marcas, o que gerou cerca de 11 mil leads comerciais. Os expositores apresentaram soluções e produtos usados pela segurança eletrônica, privada e pública, incluindo equipamentos de automação, câmeras de vigilância, controle de acesso, software de gerenciamento, centrais de monitoramento, drones e inteligência artificial.

Casa da Segurança Privada

A abertura oficial da ISC Brasil contou com a participação do vice-presidente nacional da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), Flávio Sandrini, além da participação do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas; do prefeito da capital, Ricardo Nunes; e do secretário de Segurança Pública do estado, Guilherme Derrite.

O estande da Fenavist, em parceria com o Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica e Cursos de Formação do Estado de São Paulo (SESVESP), recebeu centenas de visitantes

ao longo do evento. Como já é tradição, o estande serviu como ponto de encontro da segurança privada, facilitando intensas oportunidades de networking, reencontros e conversas produtivas entre empresários, contratantes e autoridades.

A próxima edição da ISC Brasil está programada para ocorrer entre os dias 2 e 4 de setembro de 2025, também no Distrito Anhembi, em São Paulo. A organização promete um evento ainda mais relevante, com oportunidades para empresas do setor apresentarem suas inovações em um mercado em constante transformação.





Fenavist encerra o ano com reuniões e almoço de confraternização

Aprovação do Estatuto da Segurança Privada foi a grande conquista de 2024

Sorrisos, abraços, apertos de mão e a sensação do trabalho bem-feito. Esse foi o clima do almoço de confraternização de fim de ano promovido pela Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), no dia 26 de novembro, no Edifício CNC, em Brasília. Diretores, presidentes de sindicatos, representantes de entidades parceiras e convidados se reuniram para relembrar os desafios enfrentados ao longo de 2024, celebrar as conquistas e pensar o futuro.

Como não poderia deixar de ser, a aprovação do Estatuto da Segurança Privada foi o tema central da confraternização e o principal motivo de celebração. Considerada a maior conquista do setor nos últimos anos, mereceu destaque do presidente da Fenavist, Jeferson Nazário, em breve discurso.

O caminho até a aprovação do Estatuto foi longo e desafiador, mas nada capaz de desmotivar os diretores da Fenavist e os presidentes de sindicatos.

Reuniões

Antes do almoço que coroou o trabalho desenvolvido em 2024, diretores da Fenavist, presidentes de sindicatos e entidades ligadas à Federação participaram da Assembleia Geral Ordinária (AGO) e da Reunião de Diretoria. Os encontros também aconteceram no edifício CNC.

Durante a AGO, o Conselho de Representantes e o Conselho de Ex-Presidentes aprovaram o planejamento orçamentário para 2025, com a definição das metas e diretrizes financeiras para o próximo ano.

Na 13ª Reunião da Diretoria Executiva (Gestão 2022 – 2026), os participantes acompanharam a apresentação da empresa Monte Branco, parceira do Instituto Nacional de Segurança Privada (Inasep).

O sistema de GRTS Digital, inovador, que permite aos sindicatos e às empresas gerenciar de forma on-line e prática todas as relações sindicais e trabalhistas, com recursos como acompanhamento em tempo real das convenções coletivas e a realização de assembleias digitais, foi outro tópico em discussão.

Merecem destaque também os resultados alcançados pela Comissão das Convenções Coletivas de Trabalho. Além de um resumo do trabalho desenvolvido este ano, apresentaram-se também as Diretrizes para 2025.

Outro ponto bastante discutido foi o Estatuto da Segurança Privada. Após a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Polícia Federal tem trabalhado em parceria com as entidades que representam os atores do segmento para regulamentar a Lei. A Fenavist é uma das instituições que participam das discussões, inclusive já enviou sugestões à PF. A previsão é que, ainda no mês de dezembro, haja uma imersão em Brasília, oportunidade em que a Polícia Federal ouvirá as últimas considerações do setor antes de finalizar o texto do Decreto Regulamentador da Lei nº 14.967/2024, que será enviado ao Ministério da Justiça.

A reunião de diretoria abordou ainda a tramitação da Reforma Tributária no Congresso Nacional e questões jurídicas que afetam o segmento.

celebrando conquistas



celebrando



conquistas





FENAVIST REINAUGURA SEDE EM BRASÍLIA

Espaço no coração da Capital Federal ficou mais moderno e acolhedor para receber empresários de todo o País



Moderna, arrojada, funcional, acolhedor. Essas são apenas algumas das características da “nova” sede da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist). O espaço próprio, no coração de Brasília, que é ocupado pela Fenavist desde 2009, acaba de passar por uma reforma profunda. Design contemporâneo, inovação e acolhimento foram o fio condutor para oferecer um ambiente que reflete os valores e a missão da entidade.

A reinauguração, com um coquetel no dia 25 de novembro, reuniu diretores da Fenavist, presidentes de sindicatos e convidados. Durante a ocasião, os presentes puderam conhecer as transformações do espaço, que agora está ainda mais preparado para receber e conectar os profissionais do setor.

Com uma arquitetura moderna e bem planejada, a nova sede é um reflexo da visão de futuro da Fenavist. Desde o hall de entrada até a sala da presidência, cada detalhe foi cuidadosamente projetado para integrar beleza, funcionalidade e praticidade. Os conceitos de design adotados garantem ambientes mais amplos e agradáveis, com a inclusão de tecnologia de ponta e iluminação natural para criar uma atmosfera propícia ao trabalho e ao diálogo.



A sala de reuniões, onde importantes decisões são tomadas, está ampliada e equipada com tecnologia avançada para apoiar as discussões e decisões estratégicas. A galeria dos ex-presidentes, que exibe a história da Fenavist, agora recebe mais destaque e visibilidade, prestando uma justa homenagem aos líderes que contribuíram para o crescimento da entidade.

Já a sala da presidência foi projetada para garantir total conforto e privacidade, ao mesmo tempo em que oferece a flexibilidade de acomodar reuniões com um número reduzido de participantes. Assim como os outros cômodos do local, ela foi reconstruída com paredes de vidro, mas tem a privacidade garantida pela utilização de persianas, quando for necessário.

Diretores da entidade, presidentes de sindicatos e empresários de todo o País, que estejam em Brasília, também podem usar as novas dependências. Existe uma sala à disposição dos visitantes.

Além disso, os colaboradores da entidade agora dispõem de um ambiente de trabalho mais amplo, iluminado e interativo. A nova disposição das estações de trabalho promove maior integração entre as equipes, enquanto a copa modernizada oferece um espaço confortável para momentos de pausa.





Teresina-PI será a capital da segurança privada em 2025

ENESP Nordeste será realizado entre os dias 30 de abril e 3 de maio

A Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), em parceria com os Sindicatos das Empresas de Segurança Privada do Estado do Piauí (Sindesp-PI), de Alagoas (Sindesp-AL), da Bahia (Sindesp-BA), do Ceará (Sindesp-CE), do Maranhão (Sindesp-MA), da Paraíba (Sindesp-PB), de Pernambuco (Sindesp-PE), do Rio Grande do Norte (Sindesp-RN) e de Sergipe (Sindesp-SE) realizarão o Encontro das Empresas de Segurança Privada (ENESP Nordeste) entre os dias 30 de abril e 3 de maio de 2025. O evento ocorrerá no Hotel Monã Teresina, em Teresina-PI, e tem como objetivo integrar e fortalecer o setor.

O ENESP Nordeste proporcionará um espaço de sinergia entre entidades e empresas do segmento, com momentos de alinhamento e compartilhamento de conceitos. Será uma oportunidade valiosa para os participantes se atualizarem sobre tendências e desafios que impactam o setor de segurança privada.

O evento é destinado a líderes sindicais, empresários do setor, autoridades e representantes da imprensa.

Inscrições

As inscrições para o ENESP Nordeste estão abertas até o dia 31 de janeiro de 2025 e podem ser feitas pelo site da Fenavist (<https://fenavist.org.br/enesppi/>). Os interessados devem garantir a participação o quanto antes.

Taxa de Inscrição

Empresas NÃO ASSOCIADAS aos Sindesps estarão sujeitas a uma taxa de R\$ 300,00 por participante inscrito no Enesp. O pagamento deve ser efetuado antecipadamente via transferência bancária pelo PIX (CNPJ 07.399.479/0001-20) ou pelos dados bancários da Caixa Econômica Federal:

Titular: Sindicato das Empresas de Vigilância e Transporte de Valores do Estado do Piauí (Sindesp-PI)

Agência: 1607

Conta Corrente: 5006-4

O comprovante de pagamento deve ser anexado ao formulário de inscrição.

Hospedagem

Para facilitar a estadia dos participantes, o Sindesp-PI firmou uma parceria com o Hotel Monã Teresina. Ao realizarem a reserva, utilizem o código ENESP Nordeste2025 para obter condições especiais.

Para garantir a hospedagem, entrem em contato pelo telefone (86) 2222-710; pelo WhatsApp (86) 99984-710 ou pelo e-mail reservas@monahotel.com.br.

Não percam a oportunidade de participar deste evento que visa fortalecer as relações e impulsionar o setor de segurança privada na região Nordeste.

Para mais informações, entre em contato pelos e-mails sindesp.pi@outlook.com ou fenavist@fenavist.org.br.



IBRAGESP
INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTÃO E ENSINO

Treine os seus colaboradores!

- Conteúdos específicos do mercado de segurança privada, facilities & segurança eletrônica;
- Plataforma de ensino com a sua marca para gestão dos treinamentos presenciais ou on-line;
- Uma consultoria especializada no segmento para explorar a ferramenta estrategicamente, comercialmente e operacionalmente;
- Criação de **e-commerce** para escolas de formação 100% integrada e automatizada.

Empresas de segurança e facilities.

Plataforma **100% EAD** (ensino a distância) **personalizada** com o LOGO DA SUA EMPRESA e **certificado personalizado** dos seus colaboradores



+120 mil alunos e colaboradores treinados no Brasil e exterior



Novos títulos todos os meses




+5 MIL temas

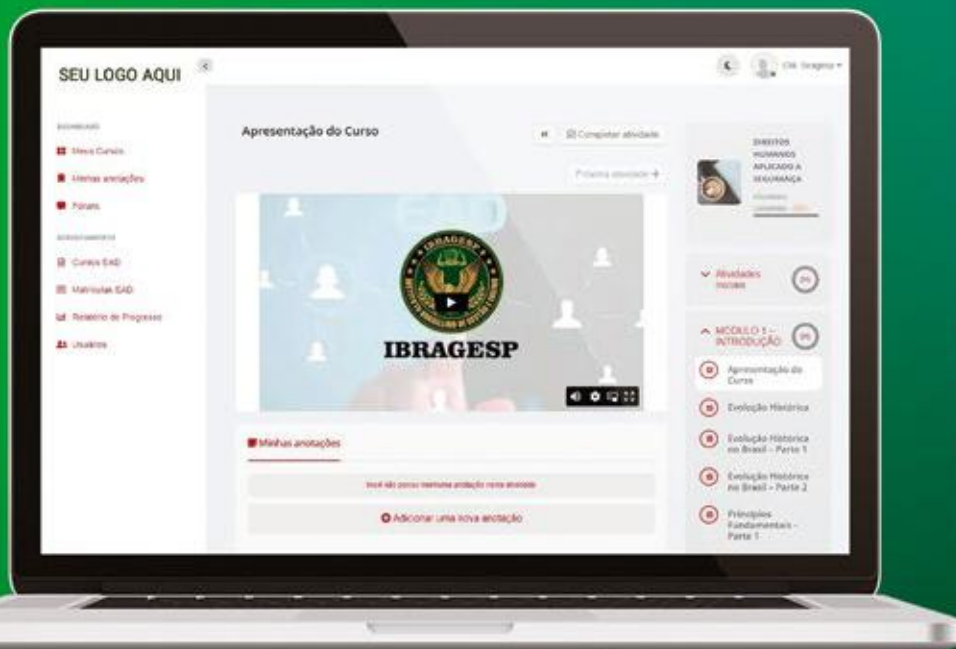


Acesso ilimitado aos cursos

Fale conosco

 contato@ibragesp.com.br

 Av. São Carlos, nº 2205
Centro - Cond Racz Center
São Carlos/SP



+3700 VIDEOAULAS

 **IBRAGESP**



Fenavist e GRTS Digital: Uma Parceria para a Transformação Digital no Setor de Segurança

Cooperação vai permitir que sindicatos e empresas tenham acesso a soluções integradas para transformação digital na gestão de relações trabalhistas e sindicais

A Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) acaba de firmar uma parceria estratégica com a GRTS Digital, que promete revolucionar a gestão de relações trabalhistas e sindicais no setor. Com um histórico de inovação que remonta a sua fundação em 1989, a Fenavist destaca-se por sua capacidade de se adaptar às mudanças tecnológicas, sempre em busca de soluções que aprimorem a competitividade e a produtividade das empresas associadas.

Essa colaboração permitirá que sindicatos e empresas acessem uma plataforma inovadora e de fácil utilização, que integra funcionalidades para a digitalização de processos críticos. A tecnologia, reconhecida como um fator essencial para o desempenho organizacional, será um grande aliado na otimização das operações internas, proporcionando uma gestão mais eficiente e econômica.

Entre as funcionalidades da nova plataforma estão o suporte e monitoramento de negociações coletivas, a gestão de crises e a análise comparativa de instrumentos trabalhistas, todas potencializadas por algoritmos e inteligência artificial. Isso se traduz em processos mais ágeis e redução de custos operacionais.

Outro ponto alto da parceria é a possibilidade de realizar assembleias virtuais, isso garante que eleições, comissões internas e acordos coletivos sejam conduzidos de maneira segura e prática.

Principais Vantagens da Transformação Digital na Gestão RTS:

Acordos e Convenções: Gestão eficiente de contratos coletivos, o que permite uma análise detalhada do histórico e um diagnóstico preciso para o planejamento.

Negociações Coletivas: Monitoramento contínuo das informações e evolução dos processos negociais.

Gestão de Relacionamento: Fortalecimento do vínculo com entidades patronais e sindicatos, fator facilitador da comunicação e do alinhamento estratégico.

Gestão de Crises: Acompanhamento e gestão de situações adversas, com foco na retomada rápida das atividades.

Business Intelligence (BI): Criação de indicadores e painéis personalizados, o que proporciona uma visão clara e objetiva do desempenho da gestão de relações trabalhistas.

Inteligência Artificial: Ferramentas que analisam e resumem cláusulas de instrumentos, e, consequentemente, propiciam um aumento na eficiência operacional.

Com a união entre Fenavist e GRTS Digital, o setor de segurança privada prepara-se para dar um passo decisivo rumo à modernização, garantia de que empresas e sindicatos estejam mais bem equipados para enfrentar os desafios do futuro. Essa parceria não apenas otimiza processos, mas também fortalece a base da segurança e das relações trabalhistas, além de promover um ambiente mais colaborativo e inovador.

Para mais informações, entrem em contato por e-mail fenavist@fenavist.org.br ou pelo telefone (61) 3327-5440.

Saúde e Inteligência Emocional no Setor de Segurança



Um Caminho para a Excelência Profissional

A saúde mental e a inteligência emocional dos trabalhadores no setor de segurança privada e pública são temas de crescente importância. A Abraps Soluções em Benefícios, especializada em programas customizados de benefícios, lançou o P.I.E. (Programa de Inteligência Emocional dos Trabalhadores em Segurança Privada). Este programa, cuidadosamente desenvolvido a partir de pesquisas estatísticas e depoimentos, visa atender às necessidades específicas dos profissionais de segurança patrimonial, eletrônica, transporte de valores, escolta armada e formação de vigilantes.

Os vigilantes enfrentam desafios psicossociais significativos, incluindo estresse, ansiedade e risco de traumas devido à natureza de seu trabalho. A psicóloga Célia Oliveira destaca: **"É urgente que os vigilantes recebam acompanhamento psicológico estruturado para lidar com os impactos da violência e pressão no trabalho."** A ausência de suporte adequado frequentemente resulta em problemas de saúde mental que afetam não só os trabalhadores, mas também suas famílias.

O P.I.E. propõe um acompanhamento psicológico integrado e especializado, oferecido por meio de uma plataforma acessível, que garante sigilo e agilidade na concessão dos benefícios. Este programa não só atende aos vigilantes, mas também estende seu suporte às famílias, reconhecendo que o impacto emocional transcende o ambiente de trabalho.

Dados recentes do Ministério do Trabalho e Previdência mostram que aproximadamente 20% dos afastamentos de profissionais de segurança são devido a problemas de saúde mental, representando um aumento significativo em relação aos anos anteriores à pandemia. A psicóloga Célia Oliveira reforça: **"A prevenção e o tratamento adequados são cruciais para manter a produtividade e a qualidade de vida dos trabalhadores."**

Em suma, o P.I.E. representa um avanço necessário para assegurar que os profissionais de segurança tenham o suporte emocional e psicológico necessário para desempenhar suas funções com excelência, reduzindo o absenteísmo e melhorando o ambiente de trabalho.

Transforme a Vida dos Seus Colaboradores com o P.I.E. - Programa de Inteligência Emocional

O que é o P.I.E.?

O Programa de Inteligência Emocional dos Trabalhadores em Segurança Privada P.I.E. é uma solução inovadora, desenvolvida para oferecer suporte emocional e psicológico de alta qualidade a profissionais de segurança patrimonial, eletrônica, transporte de valores, escolta armada e formação de vigilantes.

Por que o P.I.E. é essencial?

Profissionais de segurança enfrentam riscos e pressões diárias que podem afetar sua saúde mental e emocional. O P.I.E. é a resposta para garantir que esses trabalhadores recebam o suporte necessário para manter sua saúde e bem-estar, contribuindo para um ambiente de trabalho mais seguro e produtivo.

Como funciona o P.I.E.?

O P.I.E. oferece serviços através de um Núcleo de Acompanhamento Psicológico especializado para a categoria, proporcionando atendimento integrado e focado nas necessidades únicas dos profissionais de segurança totalmente online.

- **Acompanhamento Psicológico Especializado:** Suporte contínuo para vigilantes e seus familiares, feito por profissionais qualificados.
- **Acesso Fácil e Sigiloso:** Plataforma online, acessível de qualquer lugar, garantindo discrição e conveniência.
- **Prevenção e Tratamento Eficaz:** Foco em problemas de saúde mental como estresse, ansiedade e traumas, com soluções personalizadas.
- **Acompanhamento e Avaliações Anuais:** Monitoramento contínuo para assegurar o bem-estar dos profissionais ao longo do tempo.
- **Melhoria da Qualidade de Vida:** Benefícios que impactam positivamente a vida dos trabalhadores e suas famílias.
- **Redução do Absenteísmo e Aumento da Produtividade:** Funcionários mais saudáveis e felizes, resultando em menor ausência e maior desempenho.

GARANTA JÁ O BEM-ESTAR DE SUA EQUIPE!

Invista no P.I.E. e transforme a vida de seus colaboradores com o suporte emocional necessário para a excelência no trabalho e qualidade de vida. Não espere mais! Entre em contato conosco e descubra como o P.I.E. pode fazer a diferença para sua equipe e empresa.



www.abrapsbrasil.com.br



@cardsaude_



GRUPO ABRAPS





**Hélio Gomes
Coelho Júnior**
Advogado, professor de Direito do Trabalho na PUC-PR e consultor jurídico da Fenavist

A PEC DA ILUSÃO

O País não precisaria gastar energia com a proposta da deputada federal Erika Hilton que, ao largo do mundo real, anda colhendo assinaturas bastantes para uma Proposta de Emenda Constitucional que, em sinopse, quer reduzir a carga horária nela prevista (44 horas) para 36 horas, e, de inhapa, sugere que as 36 horas sejam concedidas em quatro dias da semana. Conversa fiada (segundo os léxicos, discurso oco, sem importância ou, ainda, discurso com que se pretende enganar alguém).



“Certos estavam Millôr Fernandes (“o Brasil tem um enorme passado pela frente”) e Renato Russo (“que país é esse?”)”

A proponente precisa ser lembrada de que o mundo do trabalho tem rodado bem com as 44 horas que, se diluídas em 6 dias, possibilitam a carga diária de 7h20, ou 8h48 em 5 dias, para a oportunidade de ter dois dias sem trabalho, entre outros modelos que a legislação já permite, com o regime 12h de trabalho por 36h de descanso.

Ela também precisa saber que a CF-88 já outorga jornada (dia) de 6h e carga (semanal) de 36h, a todo o trabalhador que trabalhe em turnos ininterruptos de revezamento.

Não seria demais rememorar a parlamentar de que a CF-88 traz um dispositivo que diz reconhecer as convenções e os acordos coletivos de trabalho, produzidos pelos 12.676 sindicatos de trabalhadores e 5.512 sindicatos patronais (sim, o País tem 18.118 sindicatos ativos, 656 federações e 56 confederações), que produziram 25.005 instrumentos coletivos, neles juntados os tantos acordos elaborados entre sindicatos obreiros e empresas diretamente.

A deputada que anda à cata de subscritores de sua PEC também deveria ser recordada sobre a posição do nosso País no planeta Terra: 5º em território, 7º em população, 8º na economia e, não menos importante, entre os quase duzentos países que compõem a ONU, está em 89º pelo indicador IDH, neste há dados pertinentes. Sua população, em média, possui formação educacional baixíssima: o brasileiro médio não completou o curso fundamental, e, sem rodeios, a produtividade do trabalhador nacional – com essa escolaridade – é baixíssima. Bom seria que as emendas parlamentares, que devem ser

votadas, viessem carimbadas para melhorar a educação dos mais de 47 milhões de empregados com carteira assinada. Seria algo bem melhor do que a PEC sugerida.

Ao ponto

A PEC proposta (versão piorada daquela de nº 148, do ano de 2015, autoria do senador Paulo Paim, e que tramita no Senado) esqueceu de conversar com a sociedade (sobre o que ela pensa de o trabalhador cumprir 4 dias de trabalho, em vez de 6, ficando no dolce far niente (ócio prazeroso e relaxante) por 3 dias... toda semana); com a economia (redução da carga de 44 para 36 horas semanais, mantido o salário atual), com as empregadoras (sim, os mais de 47 milhões de empregados trabalham em milhares de empresas, muitas das quais, mais de 80%, são pequenas empresas). E, não menos importante, a PEC esqueceu de conversar com o mundo.

Certos estavam Millôr Fernandes (“o Brasil tem um enorme passado pela frente”) e Renato Russo (“que país é esse?”).

Não à toa, a deputada precisará, além de seu voto, de outros 170. Ou seja, para a PEC caminhar, terá de obter 171 votos, e, se progredir, o que não deverá acontecer, será um estelionato (prejuízo a outras pessoas e logro a todos).

Aos que quiserem conhecer as “justificativas” da deputada, que é pedagoga, cedo o link https://www.migalhas.com.br/arquivos/2024/11/D5C02B5B85AC54_CD249832481000.pdf

FENAVIST CONQUISTA 3º LUGAR NO PRÊMIO ATENA EM AÇÃO 2024

Projeto sobre negociações coletivas é um dos vencedores na categoria “Boas Práticas”

O projeto Diretrizes de Negociações Coletivas do Segmento de Vigilância, desenvolvido e aplicado pela Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) junto com os sindicatos estaduais, conquistou o 3º lugar na categoria “Boas Práticas” do Prêmio Atena em Ação 2024, promovido pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). A premiação foi entregue em cerimônia no Palácio Tangará, em São Paulo, no dia 24 de novembro.

O projeto da Fenavist foi apresentado pelo vice-presidente da entidade, Marcelo Bianchin, e tem como objetivo padronizar as cláusulas das convenções coletivas e implementar melhores práticas nas negociações do setor. A iniciativa busca reduzir o impacto das ações trabalhistas e aumentar a segurança jurídica para empresas e trabalhadores.

Dentre as inovações, destaca-se a criação de um simulador de negociação, que considera as condições econômicas de cada unidade federativa e define percentuais de negociação mínimos e máximos. Esse recurso torna as negociações mais justas e equilibradas, adequando-se à realidade local de cada região.

Outro avanço significativo foi a implementação de Convenções Coletivas de Trabalho (CCTs) com vigência de dois anos, o que proporciona maior estabilidade e previsibilidade para as empresas. Além disso, a Fenavist introduziu a Carta de Impacto Econômico, que repassa aos contratantes os custos das negociações, uma garantia de maior transparência nos reajustes salariais e nas condições de trabalho.



A Federação esteve representada na cerimônia pela superintendente da entidade, Ana Paula Queiroga, líder do Projeto, e pela assistente administrativa, Natália Oliveira, coordenadora da ação

A Federação também desenvolveu um painel de acompanhamento mensal que monitora o fechamento das negociações e garante que os prazos das convenções coletivas sejam cumpridos. A proposta inclui a migração para o Sistema GRTS (Gestão Sindical), que facilitará atualização diária por meio do mediador com as CCTs vigentes e vencidas de todo o País dos últimos 5 anos, com os alertas periódicos das cartas sindicais e seus representantes, patronais ou laborais, com os comparativos das negociações feitas em relação às vencidas e às pesquisas de cláusulas de todo o segmento.

“Com a conquista do 3º lugar no Prêmio Atena, a Fenavist reforça seu papel no desenvolvimento de um setor mais responsável e comprometido com a melhoria das condições de trabalho. O projeto beneficia tanto as empresas quanto os profissionais do setor, promovendo um ambiente de trabalho mais justo e equilibrado”, explica o presidente da entidade, Jeferson Nazário.

Importância do Prêmio Atena

O Prêmio Atena em Ação reconhece as federações e os sindicatos que se destacam na gestão sindical e empresarial. Lançado pela CNC, o programa Atena visa fortalecer o Sistema Comércio e aprimorar as entidades representativas, seus líderes e equipes. O reconhecimento à Fenavist marca um avanço importante para o setor de segurança privada, em que se evidencia o compromisso da entidade com práticas de negociação mais transparentes e eficazes.

Fenavist lamenta a perda de Amaro Barbosa da Silva

Motorista da entidade lutou por mais de um ano contra um câncer no intestino



Aos 74 anos, “Seu Amaro”, “Mestre Mauro”, “Maro”, “Amarildo”, “Cabelinho”, como era conhecido por familiares e amigos, encarou a vida, enfrentou a doença, de forma positiva, sempre acreditando no melhor.

A Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) está em luto. No último dia 30 de setembro, faleceu Amaro Barbosa da Silva, motorista da entidade, uma pessoa de grande coração e amado por todos. Aos 74 anos, “Seu Amaro”, “Mestre Mauro”, “Maro”, “Amarildo”, “Cabelinho”, como era conhecido por familiares e amigos, finalizou uma batalha de um ano e cinco meses para um câncer de intestino. Da mesma forma com que encarou a vida, enfrentou a doença, de forma positiva, sempre acreditando no melhor.

Nascido em Bonito, Pernambuco, em 30 de junho de 1950, Amaro teve uma trajetória de vida marcada por superação. Criado na zona rural, em uma família numerosa, ele se mudou para Brasília em 1970, aos 20 anos, em busca de melhores oportunidades. O primeiro trabalho na capital federal foi como ajudante de padeiro. Com o tempo, a jornada profissional o levou a outros empregos, em que trabalhou sempre com muita dedicação. Foi na representação do Estado do Mato Grosso em Brasília que Amaro iniciou a carreira de motorista.

Encontrou-se nessa profissão. Antes de chegar à Fenavist, atuou na Câmara dos Deputados e Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Na Federação, foram oito anos de dedicação irrestrita. Trabalhou até a véspera da cirurgia.

Amaro destacou-se não apenas pelo profissionalismo, mas também pela gentileza e pelo trato educado com todos ao redor. Conquistou a amizade e o respeito de colegas e diretores da Fenavist.

A morte precoce deixou um vazio na Federação que, com pesar, se despede desse profissional que fez história na instituição.

Amaro era um homem simples, que valorizava a família, os amigos e a vida. Nos momentos de lazer, gostava de criar canários e outros tipos de pássaro, além de ser um torcedor fervoroso do Flamengo.

Seu legado vai além das contribuições profissionais: ele deixa três filhos — Elaine Cristina Barbosa, Elissandro Barbosa e Renata Thais Barbosa — e quatro netos — Letícia, Christian, Elisa e Emanuele — que sempre foram seu maior orgulho.

Neste momento de tristeza, a Fenavist solidariza-se com a família de Amaro e todos os que tiveram o privilégio de conhecê-lo. Seu legado, tanto no ambiente de trabalho quanto no coração daqueles que o admiravam, será lembrado com carinho e respeito.



Foto: Ricardo Stuckert/Presidência da República

Após sanção presidencial, **Estatuto da Segurança Privada** entra na reta final da regulamentação

Fenavist é uma das entidades que trabalham juntamente com a Polícia Federal nessa etapa

A sanção, com vetos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 9 de setembro, marcou o início da última etapa para a entrada em vigor da nova legislação do setor. Imediatamente após a publicação no Diário Oficial da União, a Polícia Federal (PF) iniciou os trabalhos de regulamentação da Lei nº 14.967/2024. Nos últimos três meses, a PF tem discutido os textos do decreto e da portaria que tornarão o Estatuto efetivo, em conjunto com representantes dos trabalhadores, empresas e instituições bancárias.

A Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist) é uma das entidades empenhadas nesse processo. A Federação formou um grupo de trabalho para analisar as propostas da Polícia Federal e sugerir ajustes que tornem a nova lei mais eficaz.

“A Regulamentação é extremamente importante, até porque quem já teve oportunidade de ler a lei, viu que o legislador deixou a regulamentação com muitos detalhes cruciais para que a lei funcione bem. Então, o ato de regulamentar é fundamental”, afirmou

o vice-presidente da Fenavist para Assuntos da Região Centro-Oeste e coordenador do Grupo de Trabalho que trata da regulamentação da nova Lei, Ivan Hermano Filho, durante seminário promovido pelo banco Santander, pela Fenavist e por outras entidades do setor para explicar as mudanças trazidas pela Lei nº 14.967/2024.

No mesmo evento, o coordenador-geral de Controle de Serviços e Produtos da Polícia Federal, Cristiano Campidelli, apontou que dezembro será decisivo para regulamentar a nova legislação. Entre os dias 10 e 12 de dezembro, a PF promoverá uma imersão em Brasília com as entidades que participam da discussão.

“Cada entidade vai ter um prazo de cerca de uma hora para defender seus principais pontos perante a Coordenação-Geral quanto às divisões (...), toda essa discussão é para que façamos uma minuta a ser apresentada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública”, explicou Campidelli.

O presidente da Fenavist, Jeferson Nazário, destacou a importância de uma regulamentação adequada para aproveitar ao máximo o potencial do Estatuto da Segurança Privada.

“Cremos que essa regulação, com toda a tecnologia que traz novos nichos como seguranças em portos, aeroportos, coletivos e uma gama enorme de novas atividades, a ser estabelecida e fiscalizada pela Polícia Federal, trará, além de segurança jurídica para todos os empresários, tranquilidade para a população e geração de muitos novos empregos”, argumenta Nazário.

Avanços da Lei

Uma das grandes conquistas do Estatuto da Segurança Privada é o combate efetivo à clandestinidade. “A segurança privada brasileira vinha sendo explorada por várias pessoas em empresas irregulares e clandestinas, e a Polícia Federal não tinha ferramentas adequadas para punir e fechar essas empresas que tanto mal trazem para a sociedade”, recorda Jeferson Nazário.

Segundo o coordenador-geral de Controle de Serviços e Produtos da Polícia Federal, as novas ferramentas de fiscalização e punição previstas na Lei nº 14.967/2024 elevam o combate à clandestinidade a um novo patamar.

Cristiano Campidelli diz: “gosto de chamar o que temos agora em termos de legislação de picareta de aço. Antes tínhamos uma de borracha. Sempre falávamos que estávamos com uma picareta de borracha para fazer buraco no asfalto. Então, batíamos, batíamos, mas não furávamos. E, por mais que fizéssemos operações, ações nacionais com 500, 600 homens,

“

Agora temos possibilidade de multa não só do clandestino, mas também do tomador de serviço clandestino, e também de celebração de um termo de ajustamento de conduta

”

indo a 400, 450, 500 locais, o que entregávamos era um pedaço de papel escrito: ‘Olha, isto é um auto de encerramento da sua atividade’. A pessoa nos olhava nos olhos e falava: ‘tá, mas eu vou ser multado? Não. Eu vou ser preso? Não. O que vai acontecer?’ ‘Não, estou encerrando a sua atividade (...)’”. O Estatuto nos deu mais que uma picareta de aço, trouxe ferramentas adequadas. Agora temos possibilidade de multa não só do clandestino, mas também do tomador de serviço clandestino, e também de celebração de um termo de ajustamento de conduta”, explica Cristiano Campidelli.

O coordenador-geral também ressaltou a importância da segurança jurídica. “Ela traz em letras garrafais que a segurança armada e desarmada é controlada, regulada e fiscalizada pela Polícia Federal. (...) é justamente acabar com a possibilidade de um equívoco desse, é eliminar de vez essa ideia de que só a segurança armada é controlada, regulamentada e fiscalizada pela PF, porque as pessoas estão morrendo, e estão morrendo justamente porque os clandestinos, entre aspas, desarmados, estavam fazendo uso do monopólio da força sem formação”, explica.

A inclusão da segurança eletrônica e de outros serviços no rol das atividades da segurança privada também é comemorada. “Várias formas de prestação de serviços de segurança como, por exemplo, de segurança eletrônica, que surgiu depois, e a segurança de comunidades, e a esta, infelizmente, por não ser regulada, em alguns locais do Brasil, vimos milícias crescendo por isso. O simples fato de não haver uma lei que permitisse à Polícia Federal dar um basta, ou dizer como deveria ser feito, como um dos preceitos legais, deu margem a situações criminosas, que agora, de fato, podem ser contornadas e postas à luz”, afirma o vice-presidente da Fenavist para Assuntos da Região Centro-Oeste, Ivan Hermano.



Menor Aprendiz

Apesar dos avanços, algumas mudanças importantes ficaram de fora do novo Estatuto da Segurança Privada. Uma delas foi a questão do menor aprendiz. No entanto, a Fenavist já trabalha em outras frentes para buscar ajustes na legislação que atendam às necessidades da categoria.

“É uma legislação moderna. Ela se equipara às mais modernas do mundo. Temos que colocar em prática tudo isso. O que faltou e que constava na nova lei, mas foi vetado, é a questão do menor aprendiz. Hoje, atender às regras atuais da lei do menor

aprendiz no nosso setor é uma situação totalmente inviável para as empresas de segurança, porque temos algumas regras. Inclusive, por lei, nós só podemos empregar trabalhadores cursados acima de 21 anos e que tenham treinamento com arma e em defesa pessoal. Entendemos que não se deve aplicar isso um jovem aprendiz que está ingressando na vida social. Então, esse foi o grande problema que ficou vetado. Vamos trabalhar para mudar de alguma forma as novas leis que estão tramitando no Congresso Nacional sobre o tema”, esclarece o presidente da Fenavist, Jeferson Nazário.

POR DENTRO DO ESTATUTO DA SEGURANÇA PRIVADA

Modernização da Lei de Segurança: O Estatuto da Segurança Privada (Lei nº 14.967/24) moderniza a Lei nº 7.102/83, trazendo mais segurança e atualizando as regras para o setor.

Segurança Armada ou Desarmada: O Estatuto deixa claro: a segurança privada pode ser armada ou desarmada. Traz um avanço importante contra a clandestinidade!

Clandestinidade: A Lei da Segurança Privada (Lei nº 14.967/24) criminaliza quem organizar, prestar ou oferecer serviços de segurança privada, com a utilização de armas de fogo, na qualidade de sócio ou proprietário, sem autorização de funcionamento. A pena fixada pela lei é de detenção de 1 a 3 anos, além de altas multas.

Cooperativas: A nova Lei da Segurança Privada (Lei nº 14.967/24) proíbe a prestação de serviços de segurança privada de forma cooperada ou autônoma. Os serviços serão prestados por empresas especializadas, cada uma com sua atividade (vigilância patrimonial; escolas de formação; monitoramento de sistemas eletrônicos de segurança; transporte de numerário, bens e valores; execução de escolta de numerário, bens e valores), todas devidamente autorizadas e fiscalizadas pela Polícia Federal.

Segurança Eletrônica: As empresas de monitoramento de sistemas eletrônicos de segurança, que hoje atuam no mercado, de acordo com a nova Lei nº 14.967/24 (Estatuto da Segurança Privada), serão agora incluídas no rol das empresas de segurança privada, devidamente registradas e autorizadas a funcionar pela Polícia Federal. As empresas atuais terão um prazo para a sua regularização, e caberá às novas se adequarem aos critérios da nova lei.

Atividades Permitidas:

- I - vigilância patrimonial;
- II - segurança de eventos em espaços de uso comum do povo;
- III - segurança nos transportes coletivos terrestres, aquaviários e marítimos;
- IV - segurança perimetral nas muralhas e guaritas;
- V - segurança em unidades de conservação;
- VI - monitoramento de sistemas eletrônicos de segurança e rastreamento de numerário, bens e valores;
- VII - execução do transporte de numerário, bens ou valores;

- VIII - execução de escolta de numerário, bens ou valores;
- IX - execução de segurança pessoal com a finalidade de preservar a integridade física de pessoas;
- X - formação, aperfeiçoamento e atualização dos profissionais de segurança privada;
- XI - gerenciamento de riscos em operações de transporte de numerário, bens ou valores;
- XII - controle de acesso em portos e aeroportos;
- XIII - outros serviços que se enquadrem nos preceitos dessa lei, na forma do regulamento.

Novos Serviços:

- segurança de eventos em espaços de uso comum do povo;
- segurança nos transportes coletivos terrestres, aquaviários e marítimos;
- segurança perimetral nas muralhas e guaritas;
- segurança em unidades de conservação;
- monitoramento de sistemas eletrônicos de segurança e rastreamento de numerário, bens ou valores;
- execução de segurança pessoal com a finalidade de preservar a integridade física de pessoas;
- gerenciamento de riscos em operações de transporte de numerário, bens ou valores;
- controle de acesso em portos e aeroportos;
- outros serviços que se enquadrem nos preceitos dessa lei, na forma de regulamento.

Novas Funções: A Lei da Segurança Privada dispõe sobre novos cargos para os profissionais da segurança privada, na prestação dos diversos serviços previstos na lei.**Consideram-se profissionais de segurança privada:**

- gestor de segurança privada, profissional especializado, de nível superior;
- vigilante supervisor, profissional habilitado encarregado do controle operacional dos serviços prestados pelas empresas de serviços de segurança;
- vigilante;
- supervisor de monitoramento de sistema eletrônico de segurança;
- técnico externo de sistema eletrônico de segurança; e
- operador de sistema eletrônico de segurança.

Bombeiro Civil: Com o novo Estatuto da Segurança Privada, as empresas de segurança privada poderão prestar serviços ligados à atividade de bombeiro civil, que serão desenvolvidos por profissionais capacitados, nos termos da Lei nº 11.901/09, vedado o exercício simultâneo das funções de vigilância e de prevenção e combate a incêndios pelo mesmo profissional.

Ataques a Carros-Fortes: Com base na nova Lei da Segurança Privada, furto, roubo ou dano a carros-fortes e a empresas de serviços de segurança privada especializada em transporte de valores estarão sob a égide da Lei nº 10.466/02, que dispõe sobre infrações penais de repercussão interestadual ou internacional que exigem repressão uniforme, para os fins do disposto no inciso I do § 1º do art. 144 da Constituição, que autoriza a Polícia Federal a proceder à investigação.

Jornada de Trabalho 12x36: A jornada 12x36 está garantida no Estatuto, com possibilidade de acordo coletivo e compensação de feriados e horas noturnas.

Prazo de Adequação: As empresas têm até 3 anos para se adequarem às novas regras do Estatuto da Segurança Privada.

Entrevistas

Nesta edição da Revista Fenavist, não teremos apenas um entrevistado, mas sim três. Nas próximas páginas, os presidentes da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney; da Associação Brasileira de Cursos e Aperfeiçoamento de Vigilantes (ABCFAV), Deuci Soares; e da Confederação Nacional dos Trabalhadores de Segurança Privada (CONTRASP), Edilson Silva, falam sobre os avanços trazidos pelo Estatuto da Segurança Privada, os desafios e o processo de regulamentação.



Isaac Sidney
presidente da
Febraban

**Como está o
processo de
regulamentação**

do Estatuto da Segurança Privada?

Os bancos sempre atuaram em estreita parceria com governos, polícias (Civil, Militar e Federal) e com o Poder Judiciário no combate à criminalidade, propondo novos padrões de proteção, muitos deles resultantes dos trabalhos desenvolvidos pelo Comitê de Segurança Bancária da Febraban, do qual participam representantes das principais instituições financeiras do País. Por isso, entendemos como muito importante o fato de a Polícia Federal ter disponibilizado, pela primeira vez, a minuta do Decreto regulamentador da Lei nº 14.967, de 09 de setembro de 2024. Com base nesse material, as entidades de classe representativas de todos os setores afetados pela Lei, incluindo a Febraban, poderão apresentar suas sugestões de aprimoramento. As sugestões da Febraban foram encaminhadas em 18 de outubro.

Os bancos estão constantemente preocupados com a segurança de clientes e funcionários e conciliam duas importantes frentes de atuação para impedir o avanço da criminalidade, da qual são

igualmente vítimas. Essas frentes incluem um investimento relevante de R\$ 9 bilhões ao ano no aprimoramento da segurança bancária, o triplo do que era gasto dez anos atrás, e cooperação intensa com as autoridades encarregadas da segurança pública.

Além disso, são investidas somas expressivas de recursos em tecnologia para a realização de operações de forma rápida e segura por meio dos canais digitais, reduzindo a necessidade de recurso dentro das agências bancárias ou o manuseio de dinheiro em espécie.

Qual a avaliação das propostas apresentadas pela Polícia Federal?

A maioria das propostas apresentadas pela Polícia Federal estão de acordo com o espírito da Lei nº 14.967 e trazem diversos avanços à segurança privada, incluindo a segurança das agências bancárias. A norma regulamenta a atuação das empresas de segurança privada e de transporte de valores e disciplina detalhes da segurança em bancos, algo fundamental para o setor. De acordo com o preceito da nova lei, a prestação de serviços de segurança privada deve observar os princípios da dignidade da pessoa humana, da proteção à vida e do interesse público.

Qual será o impacto do Estatuto da Segurança Privada para o setor?

A boa prática bancária está entrelaçada com a prevenção e o enfrentamento de ilícitos financeiros, o combate ao crime e a garantia da saúde financeira e da integridade física do cliente. Não basta o sistema financeiro ser um dos mais avançados e inovadores do mundo. Os bancos não são apenas depositários das economias das pessoas e meros emprestadores de dinheiro; são guardiões de valores que tocam as relações econômicas. Diariamente, atendemos dezenas de milhões de pessoas e de empresas de todos os portes e nas mais diferentes regiões do País que realizam seus pagamentos, honram seus compromissos, acessam produtos e serviços bancários, tanto de crédito como de investimentos. Estamos tratando de uma luta permanente, que deve ser travada no longo prazo. É uma batalha que deve ser vencida diuturnamente, com serenidade, inteligência e, sobretudo, com perseverança e colaboração. Por isso, precisamos dessa junção de esforços e da cooperação que vemos aqui.

O impacto do Estatuto, portanto, será muito positivo, principalmente pelo fato de que a edição de normas de segurança das instituições financeiras deverá ser precedida de análise técnica da Polícia Federal. Isso eliminará o grande número de leis estaduais e municipais que estabelecem mecanismos de segurança nas agências bancárias, na grande maioria das vezes sem o devido respaldo técnico.

Da mesma forma, julgamos pertinente a regulação do funcionamento de serviços de segurança privada nas empresas que queiram ter seu corpo de seguranças, naquilo que passa a ser denominado serviço orgânico de segurança, contanto que seja em benefício próprio. A lei também proíbe a prestação desse tipo de serviço de segurança privada por autônomos e cooperativas e cabe à Polícia Federal a autorização e o cumprimento de exigências para o funcionamento.

Como o senhor enxerga o futuro da atividade?

O setor financeiro opera em constante aprimoramento e, ainda que estejamos em plena transformação do perfil das agências, com maior digitalização da sociedade e da atividade bancária, a segurança patrimonial continuará sendo estratégica. Os serviços prestados pelas entidades filiadas à Fenavist são e continuarão sendo essenciais não só para a proteção das instituições financeiras, mas como também de todas as empresas que contratam seus serviços. A lei proporciona maior robustez ao setor abrangido pela Fenavist, com a exigência de as empresas de segurança terem capital social mínimo para a obter autorização de funcionamento, que varia conforme o tipo de atuação. As escolas de formação de profissionais da área e as de monitoramento de sistemas eletrônicos de segurança também precisarão ter capital mínimo, o que fortalece a atividade. Com isso, esperamos que haja a expressiva redução de empresas que operam de forma clandestina no segmento da segurança privada, que eram o dobro do número de regulamentadas, de acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024.



Deuci Soares
Presidente da
ABCFAV

Como está o processo de regulamentação do Estatuto da Segurança Privada?

O processo de regulamentação tem sido muito produtivo. A participação da Associação Brasileira de Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Vigilantes (ABCFAV), juntamente com sindicatos e associações, como ABESE, ABSEG, ANSEGTV,

CNTV, CONTRASP, FEBRABAN, FENAVAL e Fenavist, tem resultado em propostas relevantes para contemplar as várias atividades de segurança privada no País.

É importante ressaltar nesse trabalho a atuação da equipe de excelência da Polícia Federal, que tem dado a todas as entidades interessadas a oportunidade de contribuir ativamente no processo.

Temos atuado juntamente com vários grupos de trabalho para que as sugestões de regulamentação do Estatuto abarquem todas as atividades de segurança privada, isto é, em segurança pessoal, patrimonial, transporte de valores, entre outras, e agora também monitoramento eletrônico. Destacamos nesse processo a relevância dos cursos de formação para colocar no mercado profissionais realmente capacitados e qualificados nas mais diversas funções.

Após reunir as contribuições dos sindicatos e das associações em uma primeira etapa, estamos nos preparando para finalizar em dezembro deste ano as propostas para compor o texto que vai tramitar na Casa Civil e no Ministério da Justiça.

Na representação das diferentes atividades em todo o processo de regulamentação, vejo realmente um trabalho em grupo que pensa de forma ampla a Segurança Privada no Brasil.

Qual a avaliação das propostas apresentadas pela Polícia Federal?

As propostas apresentadas pela Polícia Federal são muito coerentes. Evidentemente, contaremos com ganhos e perdas. Mas hoje temos a oportunidade de atuar ativamente e ser ouvidos em nossas propostas. O fato de a própria coordenação da PF conhecer como funciona uma escola de formação de vigilantes, uma empresa de segurança privada, um banco, para citar apenas três exemplos, nos dá a oportunidade de encaminhamento de sugestões com muito mais conteúdo e efetividade para o trabalho.

Qual será o impacto do Estatuto da Segurança Privada para o setor?

Acredito que o impacto para o setor será muito positivo. Hoje em dia, há um efetivo de vigilantes maior que o das próprias instituições públicas. Com o Estatuto da Segurança Privada, temos a oportunidade de legitimar um trabalho de imensa responsabilidade. Nesse ponto, destaco a importância de formar profissionais realmente capacitados e preparados para atuar em Segurança Privada e promover o setor como referência no País.

Como a senhora enxerga o futuro da atividade?

Vejo-o com bons olhos. Juridicamente, o Estatuto da Segurança Privada é um dispositivo que dá às pessoas e às corporações a garantia de contratar somente empresas legalizadas, diminuindo, assim, a atuação de serviços clandestinos de segurança. A inclusão do monitoramento eletrônico também é um passo importante, com efeitos imediatos no mercado de trabalho, a começar pelo aumento do número de empregos. Também temos a oportunidade de ver direitos trabalhistas, que tanto prezamos, preservados com a nova legislação.



**Edilson
Silva**
presidente da
CONTRASP

Como está o processo de regulamentação do Estatuto da Segurança Privada?

O processo de regulamentação do Estatuto da Segurança Privada está ocorrendo de forma colaborativa e transparente. A Polícia Federal,

cumprindo seu papel de órgão regulador, tem promovido espaços de diálogo que abrangem as principais entidades representativas do setor, incluindo a CONTRASP. Essa abertura tem permitido que diferentes setores, com suas visões específicas, contribuam para formular uma regulamentação que atenda aos interesses de trabalhadores e empregadores. A CONTRASP tem trabalhado junto com as federações de vigilantes para analisar o Estatuto detalhadamente e articular sugestões que refletem as necessidades dos trabalhadores da segurança privada, sempre com o objetivo de fortalecer a profissão e garantir os direitos dos vigilantes.

Qual a avaliação das propostas apresentadas pela Polícia Federal?

A CONTRASP avalia positivamente o esforço da Polícia Federal para consolidar uma regulamentação robusta e inclusiva. Embora algumas questões ainda precisem dessa regulamentação para melhor refletir as necessidades dos trabalhadores, estamos comprometidos em manter um diálogo aberto e construtivo com todos os atores do setor. Nossa principal preocupação é garantir que a regulamentação preserve os direitos trabalhistas e valorize a segurança privada como uma profissão essencial e digna. Estamos confiantes de que, com mais diálogo e participação, poderemos chegar a um consenso que fortaleça a segurança privada no Brasil.

Qual será o impacto do Estatuto da Segurança privada para o setor?

O Estatuto da Segurança Privada representa um avanço para o setor e trará impactos positivos. Primeiramente, acreditamos que ele abrirá novas oportunidades de emprego formal para os vigilantes, um ponto essencial para a CONTRASP, especialmente em um setor que há tanto tempo

luta contra a informalidade. A valorização da escolaridade e da qualificação profissional, prevista no Estatuto, é outro benefício importante, pois contribuirá para a elevação do padrão de serviços prestados e para o reconhecimento da profissão. Em síntese, o Estatuto não apenas amplia as possibilidades de carreira para os vigilantes, mas também reforça a legitimidade da segurança privada como um campo profissional estruturado e essencial para a sociedade.

Como o senhor enxerga o futuro da atividade?

O futuro da segurança privada no Brasil é promissor e repleto de oportunidades de crescimento. Com a implementação e a regulamentação adequada do Estatuto, acreditamos que o setor se fortalecerá, ampliando as oportunidades para vigilantes profissionais que buscam exercer sua profissão de forma regular e digna. Estimamos que muitos dos quase dois milhões de trabalhadores que, hoje, operam de forma irregular possam ser absorvidos pelo mercado formal, contribuindo para uma redução significativa da vigilância clandestina. Além disso, esperamos que o Estatuto incentive práticas mais justas e transparentes, promovendo a valorização do trabalhador e ampliando sua participação nas decisões estratégicas do setor. Com a regulamentação adequada, vislumbramos um futuro no qual a segurança privada será reconhecida como um dos pilares de proteção da sociedade, com profissionais bem qualificados e valorizados.





Jefferson Simões
Presidente da WSF

O Brasil avança no combate à clandestinidade: um dos maiores desafios da segurança privada mundial

A luta contra a atuação ilegal no setor de segurança privada é um desafio global. A clandestinidade impacta não apenas o próprio setor, mas também a coletividade em geral.

A falta de formação adequada e as práticas inadequadas por profissionais vinculados a empresas irregulares são suas principais consequências.

Por sua vez, as empresas de segurança privada regulamentadas devem seguir normas e regulamentos que garantem a qualidade dos serviços prestados e asseguram a atuação ética de seus profissionais.

Já as operações ilegais, em geral, não cumprem as exigências legais, prejudicando a confiança no setor, tanto por parte dos entes públicos e privados, quanto da sociedade. Essa quebra de confiança dificulta a implementação de políticas públicas eficazes no segmento.

“Em alguns países, observa-se, ainda, a atuação de empresas de segurança vinculadas ao crime organizado, contribuindo para a perpetuação da violência e da insegurança”



Além disso, a atuação de empresas de segurança irregulares cria um mercado predatório. Ao não cumprir as obrigações legais, essas empresas conseguem oferecer preços muito abaixo do mínimo viável, gerando uma concorrência desleal com as empresas regulamentadas. Isso pode resultar no fechamento de empresas legais, impactando negativamente a economia e reduzindo a oferta de empregos no setor.

A prática de preços incompatíveis, além de prejudicar a concorrência, também, acarreta condições de trabalho precárias. Trabalhadores de empresas clandestinas são frequentemente submetidos a jornadas exaustivas e expostos a riscos sem os devidos equipamentos de proteção, nem a capacitação necessária.

Em alguns países, observa-se, ainda, a atuação de empresas de segurança vinculadas ao crime organizado, contribuindo para a perpetuação da violência e da insegurança.

Nesse contexto, a World Security Federation celebra com entusiasmo e otimismo a aprovação do Novo Estatuto da Segurança Privada (Lei n.º 14.967/2024), um marco, não apenas para o Brasil, mas, também, para o setor de segurança privada no mundo.

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2024, o número de empresas clandestinas no setor de segurança privada no Brasil é alarmante.

Existem 11.231 empresas irregulares, em contraste com 2.694 empresas regulamentadas — uma disparidade preocupante.

Entretanto, espera-se que a nova lei, além de ampliar a atuação das empresas de segurança privada, fortaleça a fiscalização do Departamento de Polícia Federal sobre as empresas, tanto regulares quanto irregulares. Isso inclui o fechamento de empresas descredenciadas e a aplicação de sanções mais severas para aquelas que não operam de maneira adequada. A lei também visa fomentar a atuação de empresas regulares, promovendo maior responsabilidade e profissionalismo no setor.

Embora o novo marco regulatório apresente desafios, ele abre portas para novas oportunidades, contribuindo com as políticas de segurança pública e proporcionando à sociedade maior segurança. Além disso, ele potencializa a atuação de empresas regulamentadas.

É latente a necessidade da expansão da segurança privada no Brasil, a fim de somar forças com a segurança pública. Os índices de crimes têm aumentado e as milícias crescido e diversificado suas atividades cada dia mais. Casos emblemáticos, como a recente morte do empresário Antônio Vinicius Lopes, no Aeroporto de Guarulhos (SP), revelam a real necessidade de maior atuação do setor privado na segurança, corroborando com a prevenção e o combate ao crime.

Assim, espera-se que a Nova Lei de Segurança Privada do Brasil seja adotada como referência em outros países.





Fotos: Waldemir Barreto - Agência Senado

“Nosso aumento de carga vai ser violento”, afirma consultor econômico da Fenavist ao discutir reforma tributária em audiência pública no Senado

Eurípedes Abud apresentou sugestões para diminuir o impacto das mudanças na legislação tributária na segurança privada

No dia 18 de setembro, Eurípedes Abud, consultor econômico da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), juntamente com a consultora parlamentar, Cléria Santos, e a superintendente, Ana Paula Queiroga, participaram de audiência pública na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado para discutir os impactos da Reforma Tributária (PLP 68/2024) na infraestrutura brasileira.

Abud apresentou dados preocupantes sobre o impacto da reforma no setor de segurança privada e propôs medidas para mitigar os efeitos das alterações tributárias.

“Somos intensivos empregadores de mão de obra de baixíssima remuneração. Nosso aumento de carga vai ser violento. Nossas propostas visam conseguir repassar essa carga de maneira mais simples e objetiva. E essas propostas acabarão beneficiando e atendendo em termos de legibilidade e objetividade a todos os segmentos que estão aqui”, afirmou Abud.



“A gente gostaria de introduzir que os contratos privados permanecem sujeitos à legislação de origem, mas que quaisquer alterações das condições comerciais se configurem abuso de poder econômico”

O consultor destacou que 80% do custo final do serviço de segurança privada são com mão de obra, o que limita a capacidade do setor de aproveitar créditos tributários. “Esses 26,5% que virão ou 28%, a gente não sabe ainda, vão ser um aumento na veia. Hoje as nossas empresas representadas recolhem de 5,65% a 8,65% sobre o preço final e vão passar a recolher praticamente 28%, porque têm praticamente zero de crédito, o que vai gerar um aumento que varia de 240% a 280% na carga tributária e um acréscimo no preço final de 12% a 20%”, explicou.

Ressaltou ainda que o segmento não obteve nenhuma mitigação nos efeitos negativos por meio das mudanças feitas pela Câmara dos Deputados. Nesse sentido, propôs a revisão obrigatória de contratos em razão da mudança da carga tributária.

“O art. 374 do PLP prevê o reequilíbrio dos contratos ou a revisão dos preços dos contratos com base na implementação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), mas ele coloca em vermelhinho, no final, ‘nos casos em que o desequilíbrio for comprovado’. A nossa proposta bastante objetiva, como pediu o senador, é que saia esse ‘nos casos em que o desequilíbrio for comprovado’ e entre no lugar ‘na mesma proporção da comprovada repercussão nos preços provocada

pelos tributos’. Parece uma questão semântica, mas não é”, explicou o consultor econômico.

Outra proposta apresentada pela Fenavist é introduzir no texto que os montantes do IBS e da CBS sobre as operações não se constituam em base de dissidência da retenção do INSS patronal nem do IR da contribuição social que vem nas faturas.

“Se continuarmos retendo 16,8%, 11% de INSS, que hoje vem nas faturas, os 4,8% de Imposto de Renda e 1%, nós vamos ter 16,8% retidos em cima de um preço muito maior, sem qualquer geração adicional de operação para nós. É uma retenção muito grande que vai gerar muito pedido de restituição e acabar com o capital de giro, que já é muito baixo no segmento”, argumentou o consultor.

Abud também expressou preocupação com o abuso de poder econômico nas mudanças de preços relativas à reforma tributária. “A gente gostaria de introduzir que os contratos privados permanecem sujeitos à legislação de origem, mas que quaisquer alterações das condições comerciais se configurem abuso de poder econômico (...), e como nós vamos ter uma mudança de preços relativos em toda a economia, é importante que os três Poderes da República enfatizem essa questão”, concluiu.

MUDANÇA NO COMANDO DAS DUAS CASAS DO CONGRESSO NACIONAL



Cléria Santos
consultora
parlamentar
da Fenavist

Com o final das eleições municipais 2024, as atenções voltam-se para a disputa pelo comando das duas Casas do Congresso Nacional. Na Câmara dos Deputados, alinha-se um amplo acordo, com o apoio da direita e da esquerda, para consolidar o nome do deputado Hugo Motta (Republicanos/PB). Mantidos esses entendimentos, o parlamentar, médico de formação e político por vocação, com apenas 35 anos, no curso de seu quarto mandato de deputado federal, deve se tornar o mais jovem presidente da história da Câmara dos Deputados. Deputado federal pelo estado da Paraíba desde 2011, eleito aos 21 anos, o parlamentar, de perfil discreto, com grande experiência na atuação parlamentar, foi líder partidário, vice-líder, presidente de Comissão, presidente de CPI, além de ser considerado um bom interlocutor entre seus pares, transita e dialoga com a esquerda e com a direita. Com a eleição

marcada para os primeiros dias de fevereiro de 2025, o deputado Hugo Motta já conta com apoios importantes, como o do atual presidente da Câmara, deputado Arthur Lira, e de partidos de peso como PL e PT, além do MDB, PP, Podemos e outros que, juntos, totalizam mais de 300 votos.

A se manter esse quadro, a eleição na Câmara será tranquila, sem grandes disputas.

No Senado

Desde o início deste ano, a candidatura do senador Davi Alcolumbre (União/AP) vem sendo consolidada para voltar a presidir o Senado Federal e, até o momento, não surgiu outro nome que possa ameaçar seu favoritismo.

Contando com o apoio e empenho pessoal do presidente do Senado, senador Rodrigo Pacheco, o senador Alcolumbre tem ainda o apoio declarado do PL, PT, PP, PSB, PDT, Republicanos, além do seu partido, o União Brasil.

Com esses apoios, estão garantidos os votos da maioria absoluta dos senadores para eleger o senador Davi Alcolumbre.

“A Reforma Tributária tendo sua votação concluída no Congresso Nacional ainda este ano, conforme expectativa, trará muitas incertezas durante o período de implementação, o que exigirá muita resiliência de todos”

O que muda

A alternância de poder, de dois em dois anos na Câmara e no Senado Federal, é importante, principalmente para o Executivo Federal que, desde o início, busca formar uma base parlamentar de apoio mais confiável no Congresso Nacional, visando garantir a aprovação de pautas importantes e a governabilidade.

Com uma oposição acirrada e muito conservadora, o Governo tem encontrado muita dificuldade para aprovar suas pautas. Cada proposta depende de negociação, ponto a ponto, entre as bancadas de centro e de centro-direita. Mesmo com o apoio de 14 partidos em sua base, que ocupam pastas importantes na Esplanada dos Ministérios, o Governo não consegue o apoio de todos os parlamentares integrantes dessas legendas. Das 66 Medidas Provisórias encaminhadas em 2024 pelo Poder Executivo, mais da metade ainda estão tramitando nas duas Casas do Congresso Nacional. Poucas foram aprovadas e convertidas em lei. Da mesma forma, os Projetos de Lei encaminhados à Câmara não obtiveram êxito. Dos 19 Projetos de Lei apenas quatro foram votados, aprovados e convertidos em lei. Enquanto isso, o Governo amarga muitas derrotas em outras matérias pautadas sem o devido entendimento.

É inegável que o Governo tem a expectativa de que, com os novos presidentes da Câmara e do Senado, no início do próximo ano, que serão eleitos também com o apoio dos partidos que hoje dão sustentação

ao Governo, possa haver um clima mais conciliador para destravar as pautas prioritárias.

Setor Produtivo

Para o setor produtivo importa a normalidade em torno da economia brasileira, clima de estabilidade política e econômica para que o País possa continuar crescendo, sem percalços, com juros menores, inflação sob controle e mais incentivos para a geração de novos investimentos, gerando, assim, mais emprego e renda.

A Reforma Tributária tendo sua votação concluída no Congresso Nacional ainda este ano, conforme expectativa, trará muitas incertezas durante o período de implementação, o que exigirá muita resiliência de todos nos próximos anos.

Para o setor da segurança privada, apesar das incertezas com a regulamentação da Reforma Tributária, o ano de 2024 trouxe boas novas com a aprovação na nova Lei da Segurança Privada, sancionada pelo presidente da República em setembro, depois de um longo período de luta pela sua aprovação no Congresso Nacional.

Sem dúvida foi o fôlego que faltava para voltar a crescer depois de uma década acumulando perdas.

Tardou, mas chegou o impulso para este setor tão importante para a sociedade brasileira, que se ressentiu de segurança na sua liberdade de ir e vir, e, ainda, para a geração de milhares de novos empregos e renda para o trabalhador.

Estudo da CNC mostra tamanho do prejuízo provocado pela dívida pública no PIB

Confederação inicia campanha nacional para chamar atenção à necessidade de que País realize reforma administrativa

Um estudo da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) revela que o crescimento descontrolado da dívida pública terá, nos próximos 50 anos, impactos profundos no Produto Interno Bruto (PIB) e, conseqüentemente, na saúde financeira das empresas brasileiras. Segundo a pesquisa (https://portaldocomercio.org.br/publicacoes_posts/estudo-sobre-divida-publica-e-reforma-administrativa/), para cada ponto percentual de aumento na dívida pública em relação ao PIB, o Brasil perde cerca de R\$ 1,3 bilhão ao ano, o que reduz a capacidade de investimentos do setor privado, eleva o custo do crédito e compromete a competitividade do País. A CNC alerta que, sem medidas estruturais, como a reforma administrativa, o prejuízo acumulado poderá ultrapassar R\$ 1,375 trilhão em meio século, um risco à sustentabilidade de muitos negócios.

Desde 2002, as despesas do governo cresceram a uma taxa média de 5,3% ao ano, enquanto a receita cresceu apenas 3,7% no mesmo período. Esse descompasso alimenta déficits primários consecutivos, e, com isso, o governo se vê obrigado a financiar sua dívida com mais endividamento, o que pressiona o setor produtivo com juros altos e instabilidade econômica. Para as empresas, isso se traduz em maior custo do crédito, retração de investimentos e perda de competitividade.

Além disso, a dívida pública saltou de 45,3% do PIB em 2008 para 77,8% em 2023, com tendência de crescimento contínuo. “Esse aumento gera um círculo vicioso de endividamento, ou seja, elevação do custo financeiro e limitação da capacidade do País de fazer investimentos públicos que impulsionariam o setor privado”, explica Felipe Tavares, economista-chefe da CNC.

Sem a reforma administrativa, o desequilíbrio das contas públicas exigiria um aumento de até 9% do PIB na carga tributária, medida que, segundo o presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros, teria efeitos devastadores no setor produtivo. “A situação fiscal não só ameaça o crescimento econômico, mas impõe um fardo adicional às empresas, que já lidam

com uma das mais altas cargas tributárias do mundo. Sem uma revisão urgente nos gastos públicos, o setor privado será diretamente afetado pela alta dos impostos, comprometendo sua capacidade de competir e crescer”, ressalta Tadros.

O Brasil possui atualmente uma das maiores cargas tributárias do mundo, equivalente a quase 33% do PIB. Isso é considerado alto para padrões internacionais e afeta diretamente a competitividade do setor empresarial. Além disso, mais de 96% das despesas do governo federal são obrigatórias, o que significa que há pouco espaço para ajustes discricionários, dificultando a gestão fiscal.

A Confederação alerta que a falta de reformas estruturais continuará alimentando o aumento da dívida pública, que, segundo estimativas, poderá alcançar 100% do PIB até 2033, com elevação do custo de financiamento e limitação de investimentos em áreas estratégicas como infraestrutura, saúde e educação — pilares essenciais para a competitividade das empresas no mercado global.

Preocupada com esse cenário, a CNC lançou, no final de setembro, uma campanha, veiculada na TV aberta e fechada, bem como nas redes sociais da Confederação, que chama a atenção à necessidade de reduzir a dívida pública para garantir que o País se desenvolva.

“O empresariado será o mais prejudicado se não houver uma solução imediata para a questão fiscal, pois a deterioração econômica eleva o risco-país, inibe novos negócios e afasta investidores”, avalia o presidente da CNC, José Roberto Tadros.



mêntore
BANK

A nova campanha do Mêntore Bank, "Sonhe e Realize", é um convite para transformar sonhos em conquistas reais. Com soluções financeiras personalizadas e suporte em cada etapa, o Mêntore Bank acredita que não há limites para o que você pode alcançar. Sonhe grande e conte com o gente para realizar mais.

PORQUE SEUS SONHOS SÃO O NOSSO
COMPROMISSO!

Sonhe  realize

 @mentorebank





Éder Machado Leite e Oscar Karnal
Consultores jurídicos da Fenavist

Inteligência artificial, contratos públicos e o setor de segurança privada

A inteligência artificial tem transformado significativamente o mercado e o mundo desde o lançamento do ChatGPT pela OpenAI em novembro de 2022. Ferramentas como essa se tornaram amplamente acessíveis, inclusive para aqueles sem formação em tecnologia. Avanços nos mecanismos e interfaces permitem aos usuários redigir e revisar textos de diversas naturezas, realizar análises de dados com agilidade impressionante e até mesmo auxiliar em atividades cotidianas e recreativas. Além disso, a inteligência generativa possibilita a criação de conteúdos originais e autônomos, como textos, imagens, músicas, vídeos, discursos, códigos de programação e interações virtuais.

No setor público, o uso da inteligência artificial está sendo liderado pelo Tribunal de Contas da União, com o ChatTCU, e pela Controladoria-Geral da União, com o software Alice. Alice, por exemplo, realiza mineração de dados para mapear licitações suspeitas ou mal formuladas de modo automatizado, enquanto o ChatTCU oferece uma plataforma de pesquisa interna para servidores, que facilita o acesso à jurisprudência da Corte e a sistematização de planos de trabalho em fiscalizações e auditorias.

Desde 2016, o TCU tem investido em diversas ferramentas de inteligência artificial, voltadas principalmente para a análise interna de atos administrativos, como o Sistema de Orientação sobre Fatos e Indícios para o Auditor (SOFIA), Aplicação Geradora de Análise Textual com Aprendizado (ÁGATA), Monitoramento Integrado para o Controle de Aquisições (MONICA), entre outras. Essas ferramentas têm impactado significativamente a Administração Pública, como comprovado pela CGU, que estima uma economia de R\$ 11 bilhões em licitações após a implementação de Alice¹, graças à eliminação de licitações indevidas e à melhoria de procedimentos de contratação e gestão contratual.

Esses avanços, entretanto, também trazem riscos, uma vez que auditorias em contratos administrativos podem ser alvejadas por certo grau de zelo excessivo por parte da Administração. Suspeitas fundamentadas em dados gerados por ferramentas de alta tecnologia e investimento podem não necessariamente favorecer a ampla defesa em processos administrativos.

Para os licitantes, a inteligência artificial também oferece benefícios significativos, como a identificação automática de editais relevantes e a formulação de propostas. Tecnologias mais antigas, inicialmente rejeitadas pela jurisprudência do TCU, foram posteriormente regulamentadas pelas IN – Seges/ME 67/2021 e 73/2022, permitindo sua operacionalização sob supervisão adequada.

Além disso, a análise de bases de dados centralizadas previstas na Lei nº 14.133/2021 pode ser otimizada pela IA, o que permite um mapeamento eficiente de oportunidades e ameaças no mercado. Essa análise também se estende ao exame de editais individuais, facilitando uma atuação mais precisa e bem-informada dos interessados.

Em um descompromissado estudo de caso, utilizou-se a ferramenta Julius para analisar um edital de pregão eletrônico. A título exclusivo de exemplo, e sem qualquer pretensão de efetiva análise jurídica esmiuçada, utilizou-se o pregão eletrônico nº 90006/2024 do Ministério da Cultura, cujo objeto é o “Registro de Preços, visando à contratação de serviços especializados na área de vigilância e segurança física e patrimonial desarmada e armada, para atender à demanda do Ministério do Turismo e dos anexos do Ministério da Cultura, localizados no Venâncio Shopping e na Biblioteca Demonstrativa de Brasília Maria da Conceição Moreira Salles (BDB), a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra (...)”.

Após análise do edital, perguntou-se à inteligência artificial quais documentos deveriam ser levantados pelas empresas que pretendessem participar da licitação, a que ela respondeu:

Habilitação Jurídica:

- Registro comercial, no caso de empresa individual.
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado.
- Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis.
- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira.

Qualificação Técnica:

- Atestado (s) de capacidade técnica.
- Declaração de que possui ou irá disponibilizar instalações, aparelhamento e pessoal técnico.

Qualificação Econômico-Financeira:

- Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social.
- Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial.

Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- Prova de inscrição no CNPJ.
- Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, Estadual/Distrital e Municipal.
- Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS.
- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

Declarações Necessárias:

- Declaração de que atende aos requisitos de habilitação.
- Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- Declaração de que não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado.
- Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência.



Se precisar de mais informações ou de outra análise, estou à disposição!

Questionada ainda sobre eventuais elementos do edital que poderiam estar em desacordo com a jurisprudência do Tribunal de Contas da União, a inteligência artificial trouxe a seguinte resposta:

Após analisar o texto extraído do edital, identifiquei os seguintes potenciais problemas que podem estar em desacordo com a jurisprudência do TCU:

1. ****Requisitos de Qualificação**:**

– A exigência de que o licitante “ateste que conhece o local e as condições de execução do serviço” (item 8.9) pode ser considerada um requisito de qualificação excessivo, pois o TCU já decidiu que a mera declaração de conhecimento do local é suficiente, e a autoridade contratante deve proporcionar a oportunidade de visita ao local.

2. ****Critérios de Participação**:**

– A proibição de participação para “o autor do projeto preliminar, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação se referir a serviços ou ao fornecimento de bens a eles relacionados” (item 3.6.2) e “a empresa, individualmente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou a empresa da qual o autor do projeto seja diretor, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital votante, responsável técnico ou subcontratada, quando a licitação se referir a serviços ou ao fornecimento de bens necessários a ele” (item 3.6.3), podem ser consideradas restritivas demais e em conflito com o entendimento do TCU de que a mera participação dessas entidades não implica necessariamente conflito de interesse, desde que estejam sob supervisão de agentes públicos.

3. ****Condições Específicas**:**

– A exigência de que o licitante “indique os sindicatos, convenções coletivas, acordos coletivos de trabalho ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas

datas-base e vigências” (item 5.10) pode ser considerada uma condição excessiva, pois o TCU já decidiu que a autoridade contratante não deve exigir que o licitante indique acordos coletivos específicos, mas sim garantir que o salário mínimo e os direitos trabalhistas sejam respeitados.

Em resumo, os principais problemas potenciais identificados estão relacionados com os requisitos de qualificação, com os critérios de participação e com as condições específicas impostas aos licitantes, que podem estar em desacordo com a jurisprudência do TCU. A autoridade contratante deve revisar essas cláusulas e esses requisitos para garantir conformidade com o entendimento do TCU e evitar problemas potenciais no processo licitatório.

Data máxima venia à d. inteligência artificial jurisconsultas, pode-se observar claramente que as duas primeiras irregularidades apontadas são patentemente equivocadas, já que são critérios e condições previstos em lei e que não são de forma alguma discutidos no âmbito jurisprudencial. Por sua vez, a terceira irregularidade apontada talvez possa ser mais bem analisada, tendo em vista que a jurisprudência da Corte de Contas de fato possui o entendimento de que a indicação da convenção coletiva a ser utilizada em pregões eletrônicos, salvo em casos específicos, não é uma exigência válida.

Conclui-se que a inteligência artificial oferece vastas possibilidades de automação e facilitação de processos complexos, desde a análise de mercado e jurisprudência até a avaliação de documentos e editais. No entanto, seu uso indiscriminado e sem revisão pode acarretar riscos, sobretudo quando adotadas por gestores públicos e órgãos controladores. Nessa perspectiva, o artigo 22 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro destaca a necessidade de uma análise prudente e caso a caso, levando em consideração as dificuldades práticas e as circunstâncias específicas de cada situação, algo que a inteligência artificial ainda não contempla totalmente.

¹<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/ferramenta-de-ia-da-cgu-ja-economizou-r-11-bilhoes-em-gastos-publicos-em-licitacoes-suspeitas-diz-ministro>

Sindesp-SC 35 anos

Olhar inovador para o futuro da Segurança Privada

Desde 1989 entidade atua pelo desenvolvimento da segurança privada

O Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado de SC (Sindesp-SC) comemorou, em setembro deste ano, 35 anos de existência. Já são três décadas e meia atuando de forma decisiva na representação dos interesses das empresas e dos empresários do setor no estado.

“O Sindesp-SC é responsável pela transformação do mercado de segurança privada em SC. A união dos empresários do setor, desde o ano de 1989, é fundamental para que tenhamos um dos melhores mercados do País na qualidade de serviços prestados e treinamentos oferecidos na área da segurança”, destaca o presidente do Sindesp-SC, Dilmo Wanderley Berger.

Desde a década de 1980, o sindicato tem atuado na linha de frente para auxiliar as empresas e os profissionais do setor a crescerem a cada dia. Dentre as ações de destaque nos últimos anos, estão: Campanha Contra a Clandestinidade; Fomento e Apoio ao Estatuto da Segurança Privada e Lei da Terceirização; Campanha Chame os Especialistas, durante a pandemia; Criação do ICAEPS, entre muitas outras.

“A aprovação do Estatuto veio para marcar este ano tão importante para o nosso sindicato. Agora teremos a segurança jurídica necessária para seguir com nossas atividades e crescermos em todo o País”, exalta Dilmo Berger.

As oportunidades trazidas pelo associativismo beneficiam desde empresas, empregados e até mesmo a sociedade. Com o apoio de empresários e profissionais, o sindicato consolida-se a cada ano como uma voz respeitada, um braço forte de todos que compõem o segmento.

Para marcar a data, o Sindicato promoveu no dia 30 de novembro a grande celebração dos 35 anos na capital catarinense. O tradicional Lagoa Late Clube (LIC) foi o local escolhido para a festa que recebeu a diretoria, os ex-presidentes, as lideranças do setor e os amigos para comemorar as conquistas do Sindesp-SC.

“É sempre uma honra estar rodeado por amigos que fizeram e fazem parte da nossa história. Vida longa ao Sindesp-SC! Seguiremos com a nossa missão de garantir que o futuro da segurança privada seja cada vez mais sólido, ético e comprometido com a excelência”, finaliza o presidente do Sindicato.





Universidade Corporativa de A a Z



Luiz Lima
Diretor do Ibragesp

As organizações precisam cada vez mais de inovação, agilidade e diferenciação para se manterem competitivas. Com isso, é essencial que o conhecimento dos profissionais evolua rapidamente, utilizando ferramentas que gerem, disseminem e comprovem competências alinhadas às estratégias organizacionais (Laruccia, 2011).

Segundo Parry (1996), competência combina conhecimentos, habilidades e atitudes:

- **Conhecimentos:** o “saber fazer”, que se traduz em desenvolver conceitos e técnicas.
- **Habilidades:** o “poder fazer”, que se desenvolve com prática e aprimoramento.
- **Atitudes:** o “querer fazer”, que reflete atitudes e interações.

Nesse contexto, as universidades corporativas (UCs) são fundamentais, pois formam profissionais com múltiplas competências e focam nas necessidades específicas das empresas (Laruccia, 2011).

Diferenças: Universidade Corporativa x Universidade Tradicional

A UC tem seu foco no desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais para atender às demandas do negócio, enquanto universidades tradicionais seguem o sistema educacional formal, sem foco em problemas organizacionais específicos.

Para Fleury (2002), a missão de uma UC é desenvolver talentos e promover a gestão do conhecimento organizacional por meio de aprendizado contínuo. Meister (1999) complementa, definindo as UCs como “um guarda-chuva estratégico” para educar funcionários, clientes e parceiros, alinhando-os às estratégias empresariais.

Como estruturar uma UC

Para criar ou aprimorar uma UC, é fundamental:

1. Envolver a alta gestão:

- Diferencial competitivo: a UC destaca a empresa no mercado. Inclua no site da empresa uma aba de cursos e apresente treinamentos em materiais institucionais.
- Modelo híbrido: combine ensino presencial e on-line para reduzir custos e aumentar o comprometimento.
- Plano anual de treinamentos: crie trilhas de aprendizado específicas para cada área.

2. Proteger o CNPJ:

- Treinamentos ajudam a prevenir condutas inadequadas, protegendo a empresa de riscos trabalhistas e de reputação.



3. Aumentar a produtividade:

- Colaboradores treinados produzem mais e melhor, com equipes mais empenhadas.

4. Estabelecer método e indicadores:

- Meça resultados antes e depois dos treinamentos. Identifique problemas e organize-os como “comportamentais” ou “técnicos” para propor soluções.

Práticas comuns em UCs

- Feedback estruturado: forneça feedback regular e crie Planos de Desenvolvimento Individual (PDIs).
- Mentorias: gestores devem orientar colaboradores para atingir novos níveis de competência.
- Treinamentos híbridos: combine atividades on-line e práticas presenciais para maior eficácia.

Blindagem do CNPJ

A UC deve incluir temas como ética, assédio, diversidade e legislação (LGPD, por exemplo). A conscientização regular por meio de “pílulas” de conhecimento reduz riscos à reputação das empresas.

Registre evidências de treinamentos, como certificados, logs de acesso e avaliações detalhadas. Essas informações comprovam o esforço da empresa em orientar colaboradores e podem ser utilizadas em situações judiciais ou regulatórias.

Comprometimento: boas práticas

Para manter o compromisso acima de 80%, considere:

- Equipe dedicada: planeje e acompanhe a realização dos treinamentos.
- Métodos atrativos: use videoaulas curtas, jogos e atividades interativas.



- Integração: acolha novos colaboradores e apresente treinamentos alinhados à cultura empresarial.
- Certificação: desenvolva programas de certificação para cargos e funções, incentivando lideranças a motivar suas equipes para o comprometimento.
- Políticas de incentivo: vincule promoções ao cumprimento de cursos e premie colaboradores dedicados.

Considerações finais

No Brasil, as UCs crescem como resposta à necessidade de reestruturar centros de treinamento e alinhá-los às estratégias empresariais. Capacitar colaboradores e parceiros é essencial tanto para proteger o CNPJ quanto para melhorar os resultados organizacionais.

Referências bibliográficas

- FLEURY, Maria Tereza Leme. As pessoas na organização. São Paulo: Gente, 2002.
- LARUCCIA, Mauro M. Impacto da Universidade Corporativa nas Organizações. Revista de Administração da Unimep, v. 9, n. 1, enero-abril, 2011, p. 146-163. Universidade Metodista de Piracicaba São Paulo, Brasil.
- MEISTER, Jeanne C. Educação corporativa: A gestão do capital intelectual através das universidades corporativas. São Paulo: Makron, 1999.

Informação SEGURA



LEI Nº 14.967/2024 – ESTATUTO DA SEGURANÇA PRIVADA SANCIONADO COM VETOS

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou com vetos, em setembro/2024, a Lei nº 14.967/2024, que institui o Estatuto da Segurança Privada e da Segurança das Instituições Financeiras. Publicada no Diário Oficial da União no mesmo mês, a norma regulamenta a atuação das empresas de segurança privada e de transporte de valores e disciplina detalhes da segurança em bancos. Entre os pontos vetados estão a obrigação da contribuição sindical da categoria e o impedimento da participação de estrangeiros no capital dessas empresas.

Segundo a nova lei, a prestação de serviços de segurança privada deverá observar os princípios da dignidade da pessoa humana, da proteção à vida e do interesse público. O texto discorre sobre a regulação do funcionamento de serviços de segurança privada nas empresas que queiram ter seu corpo de seguranças e estende a possibilidade a condomínios de casas ou de apartamentos, escritórios, prédios residenciais e salas, exceto portarias. Esse tipo de situação é denominado serviço orgânico de segurança e abrange desde a vigilância armada até o transporte de valores, contanto que seja em benefício próprio.

DECRETO Nº 12.174/2024 – GARANTIAS TRABALHISTAS – EXECUÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL

O Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, dispõe sobre as garantias trabalhistas a serem observadas na execução dos contratos administrativos no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. A temática é extremamente importante no âmbito das contratações públicas, representando um passo relevante por si só, muito embora o texto do decreto em si traga mais dúvidas do que esclarecimentos.

O impacto do decreto é inegavelmente considerável, por impor diversas obrigações jurídicas, operacionais e financeiras, exigindo capacidade de preparação e adaptação. Nesse sentido, deve-se destacar a solidariedade estabelecida com quaisquer violações cometidas por subcontratadas, o que exige uma atenção redobrada na seleção de parceiros e na supervisão da cadeia produtiva.

A exigência de consagração do direito a férias de maneira previsível, com possibilidade de compensação de jornada de trabalho em algumas condições também imporá custos operacionais às empresas, com uma organização mais profunda da gestão de pessoal. Somando-se às já relevantes alterações mencionadas, a mais impactante talvez seja para os contratos de serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, que devem prever a redução da carga horária semanal para 40 horas, sem impacto na remuneração dos dias trabalhados, o que pode ocasionar custos muito mais altos para as empresas.

SINDICATO NÃO PODE REPRESENTAR HERDEIROS DE TRABALHADORES QUE MORRERAM DE COVID-19

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Derivados de Campo Grande (MS) STIC-CG distribuiu ação civil pública em desfavor da JBS de Campo Grande (MS), alegando que, na época da pandemia, a empresa não cumpria medidas de saúde e segurança do trabalho para reduzir os riscos de contaminação em sua fábrica. Assim, requereu a condenação da JBS ao pagamento de indenização por danos morais e materiais, cujo pedido derivou da morte dos trabalhadores que contraíram o vírus no ambiente de serviço.

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho manteve a ilegitimidade do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Derivados de Campo Grande (MS) STIC-CG para representar, em processo judicial, herdeiros e sucessores de empregados da JBS S.A. que morreram em razão da covid-19. De acordo com o colegiado, essas pessoas não são integrantes da categoria profissional defendida pelo sindicato, portanto, não podem ser representadas por ele no processo.

DANO MORAL EM RICOCHETE – MORTES EM ACIDENTES DE TRABALHO TÊM GERADO INDENIZAÇÃO A PESSOAS QUE NÃO SÃO DA FAMÍLIA NUCLEAR

Segundo a jurisprudência trabalhista, o dano em ricochete é presumido em relação ao núcleo familiar básico da pessoa falecida – cônjuge, companheiro ou companheira, filhos e pais. Porém, recentemente, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) reconheceu que o vínculo afetivo entre irmãos também dispensa a necessidade de prova do sofrimento.

Quanto aos demais entes, familiares ou não, o laço afetivo ou a relação de proximidade devem ser devidamente comprovados nos autos. Ou seja, a afetividade passa a ter peso jurídico para resolução dos conflitos.

Outra questão sensível que envolve casos de dano por ricochete por grau de afetividade é a compreensão de que as mudanças sociais das últimas décadas fizeram surgir novos arranjos familiares. Isso exige uma visão mais ampla do que vem a ser núcleo familiar (para além de pai, mãe e filhos) – tanto que, em 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a união homoafetiva como núcleo familiar e as equiparou às uniões estáveis entre homens e mulheres.

DELEGACIA DE POLÍCIA ON-LINE DA DIVERSIDADE É INAUGURADA NO RIO GRANDE DO SUL

O governo do Rio Grande do Sul lançou a Delegacia de Polícia On-line da Diversidade (DOL Diversidade), no mês de outubro/2024. O estado inaugurou uma ferramenta digital para facilitar o registro de ocorrências de crimes de intolerância e discriminação.

É uma plataforma que pode ser acessada de qualquer lugar com conexão à internet, por computadores, tablets ou smartphones. A ferramenta permite que vítimas de crimes motivados por questões de raça, gênero, orientação sexual, religião, entre outros, registrem suas ocorrências de forma virtual e sigilosa.



**Informação
SEGURA**

*CLIPPING confeccionado pela equipe do escritório COSTA COUTO ADVOGADOS ASSOCIADOS – colaboraram Dra. Gabriela Branco e Dr. Éder Machado Leite.

Trajetória Segura:

Amilto José do Pilar

Nascido em Quilombo, Santa Catarina, Amilto José do Pilar, 57 anos, é um dos grandes empresários da segurança privada brasileira. Filho de agricultores, passou a infância na roça, ao lado de quatro irmãos. Desde cedo, destacou-se pela curiosidade e pelo desejo de aprender, mesmo em um ambiente que oferecia poucas oportunidades de estudo. Aos 20 anos, casou-se com Cléria Ivone Backer do Pilar e é pai de três filhos, além de avô de dois netos.

A trajetória de Amilto começou nas lavouras, passou por uma granja de suínos e por diversas ocupações, como a venda de leite e de açougueiro. A conexão com a segurança privada iniciou-se em 1999, após a realização de um curso de vigilante. Combinando suas atividades como vigilante noturno e trabalhador autônomo durante o dia, ele vislumbrou a oportunidade de abrir a própria empresa no setor. Juntamente com seu sócio e amigo, Marcelo Schimit da Silva, fundou a Stilo Segurança Ltda. A legalização da empresa foi um marco importante, e isso permitiu que se fizessem no mercado.

Desde 2008, Amilto atua na atividade sindical. Em 2016, tornou-se presidente do Sindicato das Empresas de Vigilância, Segurança e Transporte de Valores de Mato Grosso do Sul (Sindesv-MS). Atualmente, também ocupa o cargo de vice-presidente da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist), para Assuntos de Segurança Pessoal Privada, além de ser conselheiro fiscal na Fecomércio-MS. Para ele, a atividade sindical é fundamental, pois proporciona apoio, atualização sobre legislações e troca de conhecimentos, elementos essenciais em um mercado em constante evolução.

“A atividade sindical proporciona um respaldo muito importante para o nosso segmento, pois, por meio da entidade, podemos nos manter informados sobre leis, normas e regras a serem seguidas. Além disso, oferece-nos esclarecimentos sobre o que está acontecendo em nosso setor, mantendo-nos atualizados. Em um mundo digital, não podemos nos dar o luxo de viver em uma redoma de vidro. Por meio da atividade sindical ligada à federação, estamos sempre realizando palestras e participando de eventos, buscando conhecimento e inovações para melhor atender a nossos clientes”, explica.

Amilto vê o futuro da segurança privada de modo otimista, especialmente com a regularização do setor. “Com a aprovação do Estatuto da Segurança Privada, podemos prosperar no segmento. As empresas que almejam a legalização terão a oportunidade de se firmarem. As que desejam continuar à margem serão punidas pela Polícia Federal. Sem a clandestinidade para atrapalhar, é possível prosperar de forma ética e transparente”, argumenta.



“Agradeço a Deus pelo percurso da minha jornada até aqui e por uma família abençoada. A vida não é fácil e nada acontece por acaso. Você precisa de muito trabalho, disciplina, ética e comprometimento, objetivos em tudo o que realizar”

Pessoalmente, o empresário se considera realizado. O grande desafio no momento é buscar o equilíbrio entre a vida familiar e o trabalho, com planos de desfrutar mais tempo ao lado da esposa na fazenda. Segundo ele, a resiliência é a chave para o sucesso e um princípio fundamental em sua vida e carreira.

“Tenho dois netos e espero outros mais para poder curtir. Netos são uma bênção, pois podemos proporcionar a eles tudo o que não fizemos pelos filhos. Já estou com 57 anos e quero viver um pouco ao lado de minha esposa, deixando a responsabilidade da empresa nas mãos dos meus filhos e do meu sócio Marcelo Schimit da Silva”, conta.

Amilto José do Pilar é um exemplo de determinação e visão, tendo construído uma trajetória de sucesso no setor de segurança privada e sempre em busca de contribuir positivamente para o futuro da profissão e das novas gerações.

“Agradeço a Deus pelo percurso da minha jornada até aqui e por uma família abençoada. A vida não é fácil e nada acontece por acaso. Você precisa de muito trabalho, disciplina, ética e comprometimento, objetivos em tudo o que realizar. Não tenha medo de mudar ou de persistir no que acredita, mas faça sempre da maneira certa. Quero continuar no segmento da segurança privada porque acredito que dias melhores virão e pretendo seguir colaborando na entidade sindical, ocupando um cargo que me permita continuar esse legado”, finaliza.





Fenavist realiza III Encontro Jurídico de 2024

No dia 8 de novembro, a Fenavist promoveu o III Encontro Jurídico da entidade, em Brasília, reunindo membros da área jurídica da federação e dos sindicatos estaduais. O evento teve como objetivo debater questões essenciais para o setor de segurança privada e as relações de trabalho no Brasil.

A pauta do encontro abordou diversos temas de grande importância para a categoria, como as Convenções Coletivas de Trabalho (CCT) de 2024 e as diretrizes para 2025, com destaque para a formação das comissões de negociação patronal e as estratégias para a elaboração de propostas. Também estiveram em discussão os desafios da adaptação das CCT's ao novo marco legal da segurança privada, com ênfase na Lei nº 14.967/2024, que regulamenta o Estatuto da Segurança Privada.

Outro ponto central do evento foi a Resolução nº 586/2024 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que estabelece métodos consensuais para a solução de disputas na Justiça do Trabalho. Além disso, o encontro abordou a Reforma Tributária, analisando o processo legislativo e suas possíveis implicações para o setor. A tramitação do Estatuto da Aprendizagem no Congresso Nacional também foi debatida durante o evento.

O III Encontro Jurídico de 2024 proporcionou uma importante oportunidade para fortalecer o diálogo entre os profissionais da área jurídica dos sindicatos e da federação, em que se pôde alinhar estratégias e reforçar o papel das entidades na defesa dos interesses da categoria de segurança privada.

Fenavist participa de seminário de relações trabalhistas e sindicais

No dia 24 de outubro, os vice-presidentes da Fenavist, Jacymar Daffini Dalcamini (Assuntos Jurídicos) e Marcelo Roberto Bianchin (Assuntos Intersindicais) participaram de um seminário promovido pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). O evento abordou as relações trabalhistas e sindicais sob diferentes perspectivas, com ênfase nos impactos da reforma trabalhista e nas questões jurídicas atuais.

Dentre os palestrantes, destacaram-se Ivo Dall'Acqua Jr., presidente da Comissão de Negociação Coletiva do Comércio (CNCC), e a ministra do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Maria Cristina Peduzzi.



Fenavist participa do 41º Geasseg

Entre os dias 23 e 26 de outubro, a Fenavist, em parceria com a Federação Nacional das Empresas de Serviços de Limpeza e Conservação (Febrec) e com o apoio do Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Segurança Eletrônica e Cursos de Formação do Estado de São Paulo (Sesvesp) e do Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação no Estado de São Paulo (Seac-SP), realizou, em São Paulo, o 41º Encontro dos Executivos dos Sindicatos de Empresas de Asseio e Segurança (Geasseg).

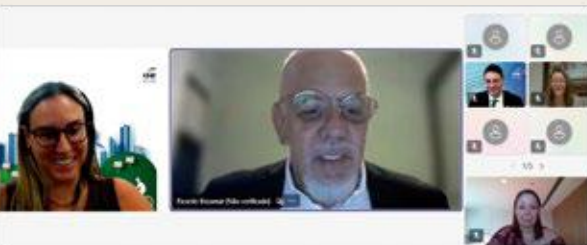
O evento reuniu profissionais de todo o Brasil para promover discussões essenciais ao setor, com temas como a importância do equilíbrio nas decisões estratégicas, defesa dos interesses dos associados, elaboração de propostas com trabalhadores, inteligência trabalhista e a qualificação de entidades sindicais e empresariais.

O Geasseg consolidou-se como uma plataforma fundamental para fortalecer a atuação dos sindicatos e impulsionar o setor de segurança e asseio no Brasil.



Fenavist discute questões ambientais com a CNC

No dia 8 de outubro, a superintendente da Fenavist, Ana Paula Queiroga, participou da 23ª Reunião do Grupo Técnico de Trabalho sobre Meio Ambiente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). O encontro virtual reuniu especialistas para discutir questões socioambientais relevantes para os setores representados pela CNC, como a adaptação às mudanças climáticas e o papel da logística reversa no comércio e no turismo brasileiro.



Durante o evento, Alice Carvalho, assessora especial do ministro das Cidades, apresentou o Plano Clima e o Programa Cidades Verdes Resilientes, destacando a necessidade de tornar as cidades mais resilientes aos impactos das mudanças climáticas e, ao mesmo tempo, fazer com que sejam capazes de promover o desenvolvimento sustentável.

Ricardo Bezamat, engenheiro eletricista e consultor da CNC, falou sobre os benefícios da eficiência energética e o papel das energias renováveis, especialmente das usinas fotovoltaicas. A reunião também abordou a Estratégia Nacional de Oceano Sem Plástico (Enop) e a implementação da Logística Reversa no Sistema Comércio.

Após as apresentações, os participantes se envolveram em oficinas com o objetivo de contribuir com sugestões para a elaboração de dois documentos técnicos, que serão encaminhados aos Ministérios das Cidades e do Meio Ambiente, e de apoiar a implementação desses importantes projetos federais.

Fenavist participa do 11º ENEFAV

No dia 4 de setembro, o vice-presidente da Fenavist, Flávio Sandrini, representou a entidade no 11º Encontro Nacional das Escolas de Formação (Enefav), realizado em São Paulo e organizado pela Associação Brasileira de Cursos de Formação e Aperfeiçoamento de Vigilantes (ABCFAV).

O evento contou com uma série de palestras sobre o mercado de formação de segurança privada, abordando metodologias de ensino, legislação e as tendências de evolução do setor. Dentre os presentes, destaca-se a participação do Dr. Cristiano Jomar Costa Campidelli, coordenador-geral de Controle de Serviços e Produtos da Polícia Federal, e de Eliane Jocelaine Pereira, secretária municipal de Gestão e Desenvolvimento da Prefeitura de Campinas.



Sindesp-RS é signatário do Pacto pelas Boas Práticas Trabalhistas e Enfrentamento à Concorrência Desleal

Desde dezembro de 2023, o Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado do Rio Grande do Sul (Sindesp-RS) participa como signatário do Pacto pelas Boas Práticas Trabalhistas e Enfrentamento à Concorrência Desleal no Ambiente de Trabalho Terceirizado no estado.

Entre os objetivos do pacto está o debate sobre a ausência de critérios que assegurem a exequibilidade dos contratos e de observância dos dispositivos de lei e instrumentos coletivos, resultando em um impacto negativo nas relações de trabalho e no ambiente concorrencial, não apenas na esfera econômica, mas também na esfera social, binômio que consubstancia o dumping social.

Nesse ambiente foi criada a Câmara Setorial Temática, coordenada pela Superintendência Regional do Trabalho/RS, unidade descentralizada do Ministério do Trabalho e Emprego, com vistas a promover discussões e levar adiante as propostas que eliminem quaisquer fatores que possam corroborar o ambiente de precarização das relações de trabalho e práticas desleais de concorrência no ambiente de terceirização, privilegiando a transparência e a segurança jurídica nos processos de contratação.



A convite do Sindesp-MG, coordenador-geral de Controle de Serviços e Produtos da Polícia Federal aborda os avanços da aprovação do “Estatuto da Segurança Privada e sua regulamentação”

A convite do Sindicato das Empresas de Segurança e Vigilância do Estado de Minas Gerais (Sindesp-MG), o coordenador-geral de Controle de Serviços e Produtos da Polícia Federal e professor de Direito Penal e Processo Penal, Dr. Cristiano Campidelli, esteve na sede da instituição no dia 25 de outubro para discorrer sobre o “Estatuto da Segurança Privada e sua regulamentação”, aprovado em setembro deste ano.

Diante de um grande público, com cerca de 70 participantes, além de 130 pessoas do Brasil inteiro, de forma virtual, que assistiram em tempo real à palestra promovida pelo Sindesp-MG, destinada aos associados e não associados, Campidelli agradeceu pela oportunidade de falar sobre o assunto e deixou claro que a participação de todos será muito importante para contribuir com a regulamentação da nova Lei.

Campidelli conversou sobre o Estatuto da Segurança Privada e sua regulamentação, apresentando dados da situação atual e do que alcançaremos com a regulamentação do novo Estatuto.

O coordenador-geral de Controle de Serviços e Produtos da Polícia Federal considerou que o Estatuto trouxe uma série de novas ferramentas para controlar, fiscalizar e, principalmente, combater a clandestinidade. “Há procedimentos a serem observados pelas unidades de controle de vistoria em todo o Brasil. Nosso objetivo é justamente aproveitar aquilo que já funcionava bem e melhorar.



No âmbito da Polícia Federal estamos trabalhando para que a nossa minuta de decreto seja concluída ainda este ano”, disse o palestrante.

Na ocasião, o presidente do Sindesp- MG, Renato Fortuna, destacou a importância do trabalho conjunto para a conscientização dos empresários do segmento: “sabemos da relevância desse Estatuto, cuja aprovação esperamos por muitos anos e que nos trará um grande avanço, principalmente no combate à clandestinidade. Devemos ter um acréscimo em pouco tempo de até 50% na vigilância do país inteiro, não só em Minas Gerais, já que essa norma vai dar as chaves e os argumentos necessários à Polícia Federal para combater a clandestinidade, algo que hoje no nosso setor está em um índice muito alto”, afirmou.

Sindesp-PR: Compromisso com a segurança e conformidade no setor de segurança privada

Nos últimos meses, o Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado do Paraná (Sindesp-PR) tem se destacado por meio de diversas iniciativas que reafirmam seu compromisso com o setor e com a regulamentação da atividade de segurança privada. Entre as ações mais relevantes está a destruição de coletes balísticos vencidos, realizada em 2024, em duas ocasiões: março e agosto.

Essa prática, adotada pelo Sindesp-PR pelo sétimo ano consecutivo, atende à Portaria 18.045/2023 da Polícia Federal, que exige o descarte adequado de coletes balísticos vencidos, o que ocorre após cinco anos de uso. “O nosso compromisso vai além do simples cumprimento da legislação. Priorizar a qualidade e a segurança dos equipamentos que protegem vidas e patrimônios é fundamental para garantir a eficácia da segurança privada”, afirmou Alfredo Ibiapina, presidente do Sindesp-PR.

Além da destruição dos coletes, o Sindesp-PR também esteve presente em eventos importantes do setor. Em 17 de setembro, o sindicato participou do evento “O Novo Estatuto de Segurança em Foco”, promovido pelo Sindicato das Empresas de Segurança Eletrônica do Paraná (SIESE-PR).



Além disso, o Sindesp-PR marcou presença no 40º e 41º Encontros dos Executivos de Asseio e Segurança Privada (Geasseg), eventos nos quais a executiva do Sindesp-PR, Adriana Wollinger, representou a entidade.

Com essas ações, o Sindesp-PR continua a fortalecer sua atuação em defesa da regulamentação e da segurança no setor de segurança privada, reafirmando seu compromisso com a proteção e a integridade tanto dos profissionais da área quanto da sociedade.

SEMEESP continua atuante e unido

Entre os meses de agosto e setembro, o segmento de segurança privada foi palco de importantes eventos, e o Sindicato das Empresas de Escolta do Estado de São Paulo (Semeesp), sob a liderança de seu presidente, Autair Iuga, esteve presente de forma ativa e marcante em diversos momentos decisivos.

Durante a Feira e o Congresso ISC Brasil 2024, o Semeesp teve participação destacada desde a abertura do evento, aproveitando a oportunidade para se reunir com o governador e outras autoridades no primeiro dia do congresso. Esse encontro foi crucial para reforçar a relevância do segmento para o estado de São Paulo e discutir os desafios e as perspectivas do setor de segurança privada. No dia seguinte, o Semeesp esteve presente no jantar da Fenavist, consolidando a parceria entre as duas entidades e fortalecendo a união do setor de segurança privada.

Em 5 de setembro, o Semeesp promoveu um encontro especial na residência do presidente Autair Iuga, que reuniu diversas autoridades, entre elas o Dr. Cristiano Campidelli, coordenador-geral de Controle de Serviços e Produtos da Polícia Federal. O evento foi especialmente significativo, pois



comemorou a aprovação do Estatuto da Segurança Privada, que agora integra a Lei nº 14.967/2024. Durante o encontro, o Dr. Campidelli foi homenageado com uma placa de agradecimento pelos seus esforços e parceria na clarificação dos aspectos legais da nova legislação.

Com a Lei nº 14.967/2024 em vigor, o Semeesp continua a ser um parceiro fundamental das empresas do setor, defendendo seus interesses e trabalhando para garantir as melhores condições de operação, sempre com foco na qualidade dos serviços prestados. O sindicato segue comprometido em contribuir para o desenvolvimento sustentável do setor de segurança privada, com ênfase no transporte de valores, uma das áreas mais estratégicas e essenciais da categoria.

Sindesp-GO, Seac-GO e IAFAS encerram o ano em grande estilo

No último dia 9 de novembro, empresários dos segmentos de segurança privada, asseio e conservação do estado de Goiás se reuniram para celebrar o encerramento do ano com um almoço



de confraternização. A celebração foi promovida pelo Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Transporte de Valores e Cursos de Formação do Estado de Goiás (Sindesp-GO), pelo Sindicato das



Empresas de Asseio, Conservação e Terceirização de Mão de Obra do Estado de Goiás (Seac-GO) e pelo Instituto de Apoio aos Funcionários Ativos do Setor de Terceirização de Mão de Obra (IAFAS, com o apoio da Bulla. O evento, que já se consolidou como um dos mais aguardados do calendário da categoria, contou com a participação de empresários, familiares e convidados, que aproveitaram o momento de integração e celebração.

Os presidentes do Sindesp-GO, Ivan Hermano Filho, e do Seac-GO e IAFAS, Paulo Gonçalves da Silva, deram as boas-vindas aos presentes e aproveitaram a oportunidade para fazer um balanço das atividades desenvolvidas pelas entidades e pelo setor durante o ano de 2024.

Nos discursos, destacaram as conquistas obtidas ao longo do ano e reforçaram a importância da união entre os empresários e as entidades para o fortalecimento do setor.

Além disso, os presidentes desejam um 2025 repleto de novas conquistas e avanços, com foco na inovação e no desenvolvimento sustentável das empresas que compõem os segmentos de segurança privada e serviços de asseio e conservação em Goiás.

Sindesp e Seac Goiás promovem inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho

O Dia D de Contratação de Pessoa com Deficiência, realizado no dia 13 de novembro, foi um marco em termos de inclusão no mercado de trabalho, graças à parceria entre o Sindicato das Empresas de Segurança Privada, Transporte de Valores e Cursos de Formação do Estado de Goiás (Sindesp-GO), o Sindicato das Empresas de Asseio, Conservação e Terceirização de Mão de Obra do Estado de Goiás (Seac-GO) e o Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (TRT 18ª). O evento, que ocorreu no Centro Judiciário de Métodos Consensuais de Solução de Disputas de 1º Grau da 18ª Região (CEJUSC-JT/1º Grau), teve como objetivo ampliar as oportunidades de emprego para pessoas com deficiência, destacando a importância da diversidade no ambiente profissional.

Durante o evento, mais de 530 vagas de emprego foram disponibilizadas por cerca de 30 empresas dos segmentos de segurança privada, asseio e conservação, abrangendo áreas como administração, limpeza, vigilância e segurança. Os candidatos tiveram a chance de se candidatar a essas oportunidades, e muitos saíram do evento com encaminhamentos para as vagas, alguns até iniciando sua trajetória profissional.





A sugestão de leitura da Biblioteca de Segurança é o livro **Rio Grande do Sul 2024 – Uma Perspectiva de Gerenciamento de Crises, de autoria de Ana Flavia Bello, Gustavo Caleffi, Roberto Zapotoczny Costa.**

Sinopse: O livro Rio Grande do Sul 2024 – Uma Perspectiva sobre Gerenciamento de Crises traz uma profunda análise sobre os eventos climáticos que devastaram o estado do Rio Grande do Sul entre abril e junho de 2024. A obra inicia contextualizando o leitor com dados e fatos sobre o estado, proporcionando uma compreensão clara do cenário regional e dos desafios enfrentados. Essa contextualização é essencial para entender a magnitude da tragédia e os impactos causados pela crise.

Em seguida, é apresentada uma cronologia detalhada dos eventos que culminaram com a tragédia climática, e isso permite ao leitor compreender a evolução dos acontecimentos e os fatores que contribuíram para a situação de emergência. Essa linha do tempo é fundamental para entender o modo como as falhas e as lacunas nos processos de prevenção e resposta afetaram a capacidade de mitigar os riscos e suas respectivas consequências.

A obra também se destaca pela utilização do estudo de caso como ferramenta para correlacionar a tragédia com os conceitos de gestão de crises. Os autores não apenas descrevem os fatos, mas também oferecem análises práticas que podem ser aplicadas em futuras crises. Assim, o livro não se limita ao aprendizado acadêmico; ele se propõe a oferecer uma contribuição valiosa para profissionais na área de gestão de riscos e crises, além de ser uma referência para decisores que enfrentam situações semelhantes.

A colaboração entre diversos autores, cada um trazendo sua experiência nas disciplinas de Gestão e Comunicação de Crise e vivência em campo, enriquece a perspectiva apresentada no livro. Esse aspecto multidisciplinar torna o conteúdo ainda mais relevante, pois combina teoria com experiências reais, proporcionando uma visão ampla sobre os desafios enfrentados e as melhores práticas de resposta.

Importante ressaltar que os autores têm o cuidado de não transformar o material em um manifesto político ou ideológico. A obra é, antes de tudo, um tributo à resiliência do povo gaúcho e um convite ao aprendizado coletivo. Ao apresentar as lições extraídas da tragédia, os autores reforçam o respeito e o pesar por todas as pessoas que sofreram com esse evento e mostram como tais situações podem ser um ponto de partida para a evolução das práticas de gerenciamento de crises.

UM ESPAÇO DEDICADO À EXCELÊNCIA



O INASEP tem a honra de apresentar sua sede, localizada em um edifício estratégico e funcional, projetado para atender às demandas do setor de segurança privada, segurança eletrônica e transporte de valores.

Nossa sala foi cuidadosamente planejada para oferecer um ambiente acolhedor e eficiente, onde parcerias estratégicas são fortalecidas e iniciativas inovadoras são desenvolvidas. É aqui que trabalhamos para beneficiar as empresas do setor, fomentar a sustentabilidade dos sindicatos patronais que representamos e contribuir para o fortalecimento da Federação Nacional de Empresas de Segurança e Transporte de Valores – FENAVIST.

MAIS INFORMAÇÕES:

negocios@inasep.org.br





Éder Machado Leite: A Lei em prol da segurança privada

Com 44 anos e uma carreira sólida na advocacia, Éder Machado Leite tem se destacado na defesa do setor de segurança privada. Formado em Direito pelo UniCEUB e com especializações em Direito Internacional e Constitucional, iniciou sua trajetória em 2005, no escritório Costa Couto, em Brasília, no qual é sócio desde 2011. Ainda estagiário teve passagens pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo Superior Tribunal Militar (STM). A experiência acumulada ao longo dos anos o levou a atuar no setor de segurança privada, no qual, desde 2019, é consultor jurídico da Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (Fenavist).

“A advocacia sempre foi para mim uma forma de atuar como um agente direto na transformação jurídica e social do Brasil. Foi nos estágios no STF e no STM que percebi o impacto do advogado na resolução de conflitos e a liberdade que a profissão oferece para buscar soluções”, afirma Éder.

A entrada no segmento de segurança privada foi natural, já que o escritório onde trabalhava já atendia empresas do setor. “Ao longo dessa atuação, adquirimos a clara percepção de que o setor da segurança privada atua de forma complementar ao sistema de segurança pública, garantindo a paz social e a redução dos índices de criminalidade pela prevenção”, explica.

O advogado ressalta que a segurança privada se encontra em um momento importante de transformação. “É fruto de mais de uma década de trabalho da Fenavist a aprovação do Estatuto da Segurança Privada. É um marco normativo que disciplina os novos tipos de relações jurídicas do setor, moderniza os conceitos jurídicos e permite uma sensível ampliação das áreas de atuação das empresas de Segurança em geral, bem como a solução para antigos problemas.”

Éder Machado lembra que ainda existem desafios a serem enfrentados. “Remanescem alguns pontos críticos a resolver, especialmente os ligados às cotas de menores aprendizes e de pessoas com deficiência, bem como os que dizem respeito à atuação das empresas de segurança na cogestão das unidades prisionais”, destaca.

Ele também enfatiza a importância da atividade sindical para o desenvolvimento do setor, pois ela facilita soluções coletivas, prevenindo conflitos individuais e promovendo um ambiente de negócios mais equilibrado e estável. “Tem papel relevante na produção de políticas públicas, com atuação significativa no processo legislativo, o que pode resultar em uma legislação mais favorável para as empresas e para o desenvolvimento dos ambientes de negócios”, explica.

Éder elenca como principais desafios jurídicos do segmento “a regulamentação do Estatuto da Segurança Privada, o combate à atuação de empresas clandestinas e a equalização das exigências normativas para o exercício da profissão com as cotas de menores aprendizes e de portadores de deficiência”.

O entusiasmo em atuar em causas sindicais fica claro ao falar sobre as principais diferenças com as ações da iniciativa privada. “A atuação em causas sindicais tem o potencial normativo-regulador, que garante soluções coletivas para problemas individuais. Além disso, permite a suplementação da legislação para que sejam atendidas as especificidades do setor. Isso permite que as transformações sociais obtidas tenham espectro mais amplo, prevenindo conflitos individuais, próprios da atuação em causas da iniciativa privada”, finaliza.



Ana Paula Siqueira: Sem medo de desafios

A administradora de empresas Ana Paula Siqueira Alves, 34 anos, é um exemplo de liderança e dedicação. Desde 2019, atua no Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado do Piauí (Sindesp-PI). Atualmente, é a executiva da entidade e tem papel fundamental no relacionamento com as associadas, os trabalhadores e outros atores que atuam no segmento.

“Iniciei minha trajetória profissional na área de segurança em 2019, na empresa Cet-Seg Segurança Armada, no setor financeiro, atuando na área de contas a receber. Após seis meses de empresa, tive a oportunidade de expandir minhas funções e trabalhar como secretária e, depois, como executiva do Sindesp-PI”, conta Ana Paula.

Antes de ingressar na área de segurança, a administradora trabalhava como terceirizada no setor financeiro de um órgão público. Mas, a vontade de crescer e se desenvolver profissionalmente fez com que ela aceitasse atuar no segmento de segurança privada.

No Sindesp-PI, precisou de pouco tempo para compreender a importância sindical. “Os sindicatos são fundamentais para a representação e defesa dos direitos das empresas e dos empregados, por meio deles se consegue, de forma mais assertiva, um consenso para o desenvolvimento das atividades, proporcionando fortalecimento e união da categoria nos interesses em comum”, afirma.

Ana Paula também tem plena consciência da responsabilidade que os executivos de sindicatos carregam. “Desempenham um papel essencial intermediando o contato da diretoria com os associados. Além disso, oferecem suporte administrativo aos diretores e na organização das atividades da entidade”, explica.

Ao falar sobre a atividade de segurança privada, a executiva do Sindesp-PI destaca o papel de parceria e complementaridade com a segurança pública. “A segurança privada tem se consolidado como uma área cada vez mais importante e necessária para fortalecer também a segurança pública em determinadas circunstâncias.”

Ela também ressalta a grande conquista do segmento em 2024, a aprovação e sanção do Estatuto da Segurança Privada.

“Acredito que o setor passará por algumas modificações e melhorias, principalmente na regularização de empresas que atuam no mercado, conseguindo, com isso, reduzir a atuação de empresas clandestinas”, finaliza.

SEMEESP

Endereço: R. Bernadino Fanganiello, 691 Casa Verde Baixa
 São Paulo-SP, CEP: 02512-000
 Telefone: (11) 2537-8301
 E-mail: adm@semeesp.com.br
 Presidente: Autair Luga

SESVESP

Endereço: R. Bernadino Fanganiello, 691 Casa Verde Baixa
 São Paulo-SP, CEP: 02512-000
 Telefone: (11) 3858-7360
 E-mail: sesvesp@sesvesp.com.br
 Presidente: Flavio Baptista Sandrini

SINDESP/AC

Endereço: Rua Alameda Portugal, 640, Jardim Europa/Rio Branco-AC, CEP: 69.915-44
 E-mail: sindesp2018ac@gmail.com
 Presidente: Leslie Castelo de Vasconcelos

SINDESP/AL

Endereço: Rua Dr. Luis Pontes de Miranda nº 36 Ed. Delmiro, Sl 305 - Centro - Pça. Palmares Maceió-AL, CEP: 57020-140
 Telefone: (82) 3326-1325
 E-mail: sindespal@gmail.com
 Presidente: Marcus Vinicius Castro do Nascimento

SINDESP/AM

Endereço: Rua Belo Horizonte 19, Sala 717, Ed. The Place Business Center, Adrianópolis, Centro, Manaus-AM, CEP: 69057-060
 Telefone: (92) 3613-1213
 E-mail: sindespam@sindespam.com.br
 Presidente: Carlos Anselmo de Sousa

SINDESP/AP

Endereço: Rua Jovino Dinoá - de 1094/1095 a 2614/2615, nº 1770, Condomínio Marnazul sala 4 - Central, Macapá-AP
 Telefone: (96) 2101-3308
 E-mail: sindesp-ap@hotmail.com
 Presidente: Luis Fernando de Azevedo da Silva

SINDESP/BA

Endereço: Av. Tancredo Neves, nº 274 Bloco "B" Centro Emp. Iguatemi - Sl 421/422 Pituba - Salvador-BA, CEP: 41820-020
 Telefone: (71) 3450-0411/0563
 E-mail: assistente@sindesp-ba.com.br
 Presidente: Paulo Cruz Azevedo

SINDESP/CE

Endereço: Rua Pereira Filgueiras, 2020, Sl 303/304 - Aldeota - Fortaleza-CE, CEP: 60160-150
 Telefone: (85) 3244-5599
 E-mail: sindesp-ce@fortalnet.com.br
 Presidente: Halano Soares Cunha

SINDESP/DF

Endereço: SAAN Quadra 03 Lote 1300 - Brasília-DF, CEP: 70632-300
 Telefone: (61) 3233-9922/8338
 E-mail: sindesp@sindesp-df.com.br
 Presidente: Luis Gustavo Silva Barra

SINDESP/ES

Endereço: Av. Cesar Helal, 323 Bento Ferreira - Vitória-ES, CEP: 29050-657
 Telefone: (27) 3325-5025
 E-mail: sindespadm@terra.com.br
 Presidente: Edimar Barbosa

SINDESP/GO

Endereço: Rua dos Bombeiros nº 128 Qd. 248 Lts 12/14/15
 Pq Amazônia - Goiânia-GO, CEP: 74835-210
 Telefone: (62) 3218-5946/5174
 E-mail: sindespgoias@uol.com.br
 Presidente: Ivan Hermano Filho

SINDESP/MA

Endereço: Edifício Tech Office – Ponta D´Areia, Avenida Dos Holandeses - Nº 06, Sala 509/510 - 5º Andar, Centro CEP: 65077-357 - São Luís-MA Telefone: (98) 3221-4557
 E-mail: sindespma@bol.com.br
 Presidente: Rafael Alcântara

SINDESP/MG

Endereço: Av. Raja Gabaglia, 2000, Torre 1 Sala 334 - Estoril - Belo Horizonte-MG, CEP: 30494-170
 Telefone: (31) 3327-5300
 E-mail: sindesp-mg@sindesp-mg.com.br
 Presidente: Renato Fortuna

SINDESP/MT

Endereço: R. Desembargador Ferreira Mendes, 233 Ed Master Center Sl 2/3 - Centro Sul - Cuiabá -MT, CEP: 78020-200
 Telefone: (65) 3027-6607/3607
 E-mail: secretaria@sindesp-mt.com.br
 Presidente: Ângelo Roberto Jacomini

SINDESP/PA

Endereço: Travessa Vileta, 2.152 - Marco, Belém-PA
 CEP: 66093-345
 Telefone: (91) 3246-3436
 E-mail: gerencia.sindesp@sindesp-pa.com.br
 Presidente: Alberto Mario Alves Fonseca

SINDESP/PB

Endereço: Av. Dom Pedro II, 1269 Sala 802/803 Ed Síntese - Centro João Pessoa-PB, CEP: 58013-000
 Telefone: (83) 3241-6466/6489
 E-mail: sindesp-pb@hotmail.com
 Presidente: Andréa Carla Gomes Pimenteira Thomaz

SINDESP/PE

Endereço: Av. Agamenon Magalhães, 2764, Sala 103 Ed Emp. Ant. Albuquerque Galvão Bairro: Espinheiro - Recife-PE, CEP: 52020-000
 Telefone: (81) 3421-4520 e 3423-5032
 E-mail: sindesp@sindesp-pe.com.br
 Presidente: Agostinho Rocha Gomes

SINDESP/PI

Endereço: Ed. Manhattan River Center - torre 1, sala 1111, Av. Senador Arêa Leão, 2185, São Cristóvão, Teresina-PI
 Telefone : (86)2106-0924
 E-mail: asindesp.pi@outlook.com
 Presidente: Alípio José Castelo Branco Júnior

SINDESP/PR

Endereço: Rua João Parolin, nº 1416 – Parolin - Curitiba-PR, CEP: 80220-290
 Telefone: (41) 3233-6880
 E-mail: sindesp@sindesp-pr.org.br
 Presidente: Alfredo Vieira Ibiapina Neto

SINDESP/RJ

Endereço: Av. Paulo de Frontin, 383 Rio Comprido - Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20261-240
 Telefone: (21) 2293-4354
 E-mail: sindesp-rj@sindesp-rj.com.br
 Presidente: Frederico Carlos Crim Camara

SINDESP/RN

Endereço: Avenida Amintas, 3700 - Corporate Tower Center - Torre Business (Torre B) - 18º andar - sala 1806 - Lagoa Nova, Natal-RN CEP: 59075-810
 Telefone: (84) 3217-0476
 E-mail: sindesprn@hotmail.com
 Presidente: Edmilson Pereira de Assis

SINDESP/RO

Endereço: Avenida Amazonas, 9069 - Socialista - Porto Velho-RO CEP: 76828-870
 Telefone: (69)3226-6269
 E-mail: sindespro_sindesp@hotmail.com
 Presidente: Francisco Assis B. Fonseca

SINDESP/RR

Endereço: Rua Rondônia, nº 857 - Bairro dos Estados, Boa Vista/RR, CEP: 69305-500
 Telefone: (95) 3224 8109
 E-mail: julio.barreto@prosegur.com
 Presidente: Alberto Mario Alves Fonseca

SINDESP/RS

Endereço: Av. Getúlio Vargas, 1570 Sala 207 - Porto Alegre-RS CEP: 90150-004
 Telefone: (51) 3233-7172
 E-mail: sindesprs@sindespr.com.br
 Presidente: Silvio Renato Medeiros Pires

SINDESP/SC

Endereço: R. Deodoro, 226 Ed. Marco Pólo 4º Andar - Centro Florianópolis-SC, CEP: 88010-020
 Telefone: (48) 3223-1678/1393
 E-mail: sindesp@sindesp-sc.org.br
 Presidente: Dilmo Wanderley Berger

SINDESP/SE

Endereço: Rua Terezinha da Costa Santos, 347 Jardim Alvorada Aracaju-SE, CEP: 49045-133
 Telefone: (79) 3231-5971
 E-mail: administracao@sindesp-se.com.br
 Presidente: Sandro Ataíde Moura

SINDESP/TO

Endereço: Quadra 204 Sul Alameda 13, Lote 02 (antiga ARSE 21) Palmas-TO, CEP: 77020-476
 Telefone: (63) 3214-6593
 E-mail: sindespto@uol.com.br
 Presidente: Joseph Ribamar Madeira

SINDESV/MS

Endereço: Rua Japão 815, Jôquei Club, Campo Grande-MS, CEP: 79.080-450
 Telefone: (67) 3222-5422/99245 0307
 E-mail: secretariaexecutiva@sindesvms.com.br
 Presidente: Amílto José do Pilar

SINESVINO

Endereço: Rua Julio de Castilhos, 651 Sala 109 - Centro Farroupilha-RS, CEP: 95180-000
 Telefone: (54) 3268-6555
 E-mail: sindicato.sinesvino@gmail.com
 Presidente: Gilberto Perera



Fique ligado na nossa **Agenda**

JANEIRO

- **DIA 29 – Período da Manhã**

Reunião da Diretoria-Executiva da Fenavist, Brasília-DF

FEVEREIRO

- **DIA 19 – Período da Manhã**

Reunião do Conselho Gestor da Fenavist, Brasília-DF

MARÇO

- **DIA 1**

Aniversário de 36 anos da Fenavist

- **DIA 19 – Período da Manhã**

Reunião da Diretoria-Executiva da Fenavist, Brasília-DF

ABRIL

- **DIA 9 – Período da Manhã**

Reunião do Conselho Gestor da Fenavist, Brasília-DF

MAIO

- **DIAS 1 e 2**

ENESP da Região Nordeste, Teresina-PI

- **DIA 2 – Período da Manhã**

Reunião da Diretoria-Executiva da Fenavist, Teresina-PI

JUNHO

- **DIA 3 – Período da Tarde**

Reunião de Diretoria do INASEP e Assembleia Geral Ordinária do INASEP (Prestação de Contas 2024), Brasília-DF

- **DIA 4 – Período da Manhã**

Reunião da Diretoria-Executiva da Fenavist e Assembleia Geral Ordinária da Fenavist (Prestação de contas 2024), Brasília-DF

AGOSTO

- **DIA 13 – Período da Manhã**

Reunião do Conselho Gestor da Fenavist, Brasília-DF

SETEMBRO

- **DIAS 2 a 4**

ISC Brasil 2025, São Paulo-SP

- **DIA 03**

Reunião da Diretoria-Executiva da Fenavist, São Paulo-SP

OUTUBRO

- **DIAS 15 A 19**

ENESP da Região Sul, Blumenau-SC

- **DIA 17 – Período da Manhã**

Reunião da Diretoria Executiva da Fenavist, Blumenau-SC

NOVEMBRO

- **DIA 25 – Período da Tarde**

Reunião de Diretoria do INASEP e Assembleia Geral Ordinária (Aprovação do Orçamento 2025), Brasília-DF

- **DIA 26 – Período da Manhã**

Reunião de Diretoria da Fenavist e Assembleia Geral Ordinária (Aprovação do Orçamento 2025), Brasília-DF

Confraternização Fenavist

Anuncie aqui!



SUA EMPRESA COM DESTAQUE

 **REVISTA Fenavist**
Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores

Contato Comercial:
(61) 3327-5440
fenavist@fenavist.org.br

R E M E T E N T E